



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MÔNICA TABLAS MARTINEZ DE FIGUEIREDO

**SUSTENTABILIDADE AFETIVA E RESISTÊNCIA:
UMA ANÁLISE DOS MODOS DE VIDA E DAS INTERVENÇÕES
ARTÍSTICAS URBANAS**

Londrina
2020

MÔNICA TABLAS MARTINEZ DE FIGUEIREDO

**SUSTENTABILIDADE AFETIVA E RESISTÊNCIA:
UMA ANÁLISE DOS MODOS DE VIDA E DAS INTERVENÇÕES
ARTÍSTICAS URBANAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha Psicologia Social e Processos Institucionais.

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Regina Vargas Mansano

Londrina
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

M744 de Figueiredo, Monica Tablas Martinez .
Sustentabilidade Afetiva e resistência: uma análise dos modos de vida e das intervenções artísticas urbanas / Monica Tablas Martinez de Figueiredo. - Londrina, 2020.
118 f.

Orientador: Sonia Regina Vargas Mansano.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2020.
Inclui bibliografia.

1. Sustentabilidade afetiva. - Tese. 2. Resistência. - Tese. 3. Afeto. - Tese. 4. Intervenção urbana - Tese. I. Vargas Mansano, Sonia Regina . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU 159.9

MÔNICA TABLAS MARTINEZ DE FIGUEIREDO

**SUSTENTABILIDADE AFETIVA E RESISTÊNCIA:
UMA ANÁLISE DOS MODOS DE VIDA E DAS INTERVENÇÕES
ARTÍSTICAS URBANAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha Psicologia Social e Processos Institucionais.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Regina Vargas
Mansano
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Marcos Alexandre Gomes Nalli
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza
Universidade Estadual Paulista - UNESP

Londrina, 19 de Fevereiro de 2020.

Dedico este trabalho a minha filha, meu marido e meu menino que estiveram ao meu lado ao longo de toda a trajetória, potencializando a minha existência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus professores da graduação, por insistirem em uma formação ética e que privilegia o pensamento crítico, foram essenciais para que eu pudesse chegar até aqui. Serei eternamente grata pelos ensinamentos e pela amizade de sempre.

Agradeço também ao professor Ricardo Flores que além de contribuir com o meu aperfeiçoamento profissional, acreditou no meu projeto de mestrado e me incentivou a seguir em frente com o meu desejo. Um verdadeiro mestre.

A minha orientadora, que soube compreender o meu tempo, me ajudou a superar minhas dificuldades e me ensinou a escrever adicionando um toque de delicadeza e suavidade. Agradeço por sua disponibilidade, dedicação e empenho, foram fundamentais durante todo o processo. Sou grata, sobretudo, por sua generosidade em ensinar, a abertura para compor em conjunto e por me fazer perceber a potência da sustentabilidade afetiva e da resistência, principalmente, nos tempos atuais.

Aos amigos do mestrado e ao grupo de pesquisa, que foram extremamente importantes nessa jornada, por me acolherem e por todo apoio dispensado. Agradeço pelos nossos bons encontros, pelas risadas, pelo carinho e atenção, os momentos compartilhados deixaram marcas indeléveis. Vocês foram essenciais para continuar a prosseguir nesse desafio.

A minha amiga querida Danê Lobo, que me recebeu em sua casa e me ensinou o verdadeiro sentido da amizade, das coisas simples e do amor despretensioso. Levo você em meu coração, serei eternamente grata por sua ajuda.

Aos meus pais, meus irmãos e meus sogros, pelo apoio incondicional, só foi possível graças a vocês, essa conquista é nossa. Gostaria de agradecer, em especial, ao meu marido e meus filhos, que entraram no mestrado junto comigo e não mediram esforços para me apoiar e estar ao meu lado, vocês são a razão de tudo isso.

Figueiredo, M. T. M (2019). *Sustentabilidade afetiva e resistência: uma análise dos modos de vida e das intervenções artísticas urbanas*. 117 páginas. (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

RESUMO

A cidade é concebida por Guattari (1992) como uma máquina produtora de subjetividades, composta por equipamentos e dispositivos, materiais e imateriais, que fazem circular componentes de subjetivação heterogêneos. Ela abarca múltiplas forças e uma dimensão de caos, cooperando para compor diversos territórios subjetivos provisórios e mutantes. Entretanto, há uma uniformização dos modos de vida, atualizados nesse espaço em subjetividades capitalísticas, regidas pela lógica do capital, que prioriza o consumo, o acúmulo de bens e a produção incessante. Tal atitude tende a produzir um empobrecimento das experiências com o mundo, despotencializando o corpo dos sujeitos que convivem no espaço urbano e diminuindo sua potência de contato e ação. Tomando o cenário urbano em análise, a presente pesquisa teve por objetivo investigar os modos de vida e as intervenções artísticas urbanas que emergem no contemporâneo e rompem, em alguma medida, com a lógica capitalista de consumo e produtividade, criando espaços no urbano para encontros potencializadores. A vertente epistemológica adotada é a Psicologia Social em sua interface com a Filosofia da Diferença. Na parte teórica, abordam-se os seguintes temas: a noção de sujeito e subjetividade na Psicologia e sua relação com os modos de vida legitimados no espaço urbano, a cidade e a produção de subjetividade em face da governamentalidade e as conexões entre os conceitos de sustentabilidade e de resistência. Na parte empírica, apresenta-se uma análise do uso do grafite e da pichação na cidade de São Paulo no período em que foi implantado o denominado “Programa Cidade Linda” e suas repercussões nos modos de vida e na subjetividade. Os resultados mostram que as intervenções urbanas aparecem como possibilidade de construir uma relação intensiva e afetiva com os espaços da cidade, entre os moradores e com a natureza. Ao final do trabalho foi possível argumentar como a noção de sustentabilidade afetiva aproxima-se do conceito de resistência na medida em que amplia a experimentação de modos de vida voltados para a produção de encontros que aumentam a força de agir dos sujeitos sociais.

Palavras-chave: Sustentabilidade afetiva. Resistência. Afeto. Espaço urbano. Arte.

Figueiredo, M. T. M (2019). *Affective sustainability and resistance: An analysis of ways of life and urban artistic intervention*. 117 sheets. (Masters Dissertation in Psychology). State University of Londrina, Londrina.

ABSTRACT

The city is conceived by Guattari (1992) as a subjectivity-producing machine, composed of equipment and devices, material and immaterial, that circulate heterogeneous components of subjectivation. It encompasses multiple forces and a dimension of chaos, cooperating to compose various temporary and mutant subjective territories. However, there is a uniformity of the ways of life updated in this space in capitalistic subjectivities, governed by the logic of capital that prioritizes consumption, the accumulation of goods and incessant production. Such an attitude tends to produce an impoverishment of experiences with the world, depoliticizing the body of the subjects living in the urban space and diminishing their power of contact and action. Taking this urban scenario into consideration, this research aimed to investigate the ways of life and urban artistic interventions that emerge in the contemporary and break, to some extent, with the capitalist logic of consumption and productivity, creating spaces in the urban for potentializing encounters. . The epistemological aspect adopted in this study is Social Psychology in its interface with the Philosophy of Difference. In the theoretical part, the following themes were approached: the notion of subject and subjectivity in Psychology and its relation with the legitimized ways of life in the urban space, the city and the production of subjectivity in the face of governmentality and the connections between the concepts of sustainability and resistance. In the empirical part, an analysis of the use of graffiti and graffiti was presented in the city of São Paulo during the period in which the so-called “Cidade Linda Program” was implemented and its repercussions on lifestyles and subjectivity. The results show that urban interventions appear as a possibility of building an intensive and affective relationship with city spaces, between residents and nature. At the end of the work it was possible to argue how the notion of affective sustainability approaches the concept of resistance as it expands the experimentation of ways of life focused on the production of encounters that increase the power of action of social subjects.

Keywords: Affective sustainability. Resistance. Affection. Urban space. Art.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Avenida 23 de Maio.....	82
Figura 2 – Muro apagado onde havia a inscrição “Deixa ver a cidade”.....	85
Figura 3 – Grafite apagado na 23 de Maio sobre a crise de água.....	91
Figura 4 – Obra do grafiteiro Iskor.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNS	Conselho Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
ONU	Organização das Nações Unidas
UNRIC	Centro Regional de Informações das Nações Unidas
UIA	União Internacional dos Arquitetos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	DE QUE SUJEITO ESTAMOS FALANDO?.....	19
2.1	O SUJEITO E A PSICOLOGIA.....	20
2.2	O SUJEITO NA PSICOLOGIA SOCIAL.....	25
2.3	O ENCONTRO DA PSICOLOGIA SOCIAL COM A FILOSOFIA DA DIFERENÇA.....	32
2.4	A PRODUÇÃO DOS SUJEITOS E O ESPAÇO URBANO.....	36
3	O CALEIDOSCÓPIO DA CIDADE.....	38
3.1	A CONSTRUÇÃO DO CALEIDOSCÓPIO URBANO: IDENTIFICANDO ALGUMAS IMAGENS.....	39
3.2	GIRANDO O CALEIDOSCÓPIO PARA MELHOR ENXERGAR A CIDADE.....	45
3.3	O CALEIDOSCÓPIO URBANO DESENHA IMAGENS DEGRADANTES: A CIDADE INSUSTENTÁVEL.....	51
4	SUSTENTABILIDADE AFETIVA: DA (IN)EXISTÊNCIA À RESISTÊNCIA.....	58
4.1	A POTÊNCIA DOS AFETOS.....	59
4.2	VIDA URBANA E RESISTÊNCIA: UMA APROXIMAÇÃO.....	63
4.3	SUSTENTABILIDADE AFETIVA E RESISTÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DO BEM ESTAR COMUM.....	69

5	AS INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS URBANAS.....	77
5.1	O GRAFITE E A PICHANÇA: PRODUÇÕES URBANAS.....	79
5.2	UM CAMINHO DE PESQUISA.....	82
5.3	DELINEANDO AS INTERVENÇÕES URBANAS.....	83
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
	REFERÊNCIAS	103

1 INTRODUÇÃO

O capitalismo globalizado, em especial nas últimas décadas, tem facilitado o acesso aos variados territórios em diferentes pontos do globo, por meio da pluralidade de meios de comunicação, o desenvolvimento de novas tecnologias e a sensação de encurtamento do tempo. A ampliação do mercado em âmbito mundial gerou efeitos nos processos de subjetivação e nos modos de vida urbanos, cada vez mais capturados pelos ditames do capital. Ao mesmo tempo que essa organização econômica permite o contato entre pessoas, culturas, saberes e modos de vida, o crescimento vertiginoso do espaço urbano e das relações sociais, associado ao funcionamento do mercado competitivo e despotencializador, tem levado a um processo de degradação social e ambiental intenso. Isso traz complexos efeitos como, por exemplo, a multiplicação dos afetos tristes, a indiferença, o medo e a homogeneização das formas de existência pautadas por modelos hegemônicos.

Para atender às leis de mercado, configuram-se relações de desigualdade, segregação e exclusão no espaço urbano (Canetti, 2015; Rodrigues, 2007; Sawaia, 2017; Mello & Théri, 2018), além da destruição da natureza e de seus recursos, caminhando para um cenário de calamidade e risco para a vida do planeta. Podemos mencionar a respeito dessa problemática, a advertência manifestada por diferentes pesquisadores (Ripple, Wolf, Newsome, Galetti et al, 2017) na Revista Bioscience, em um artigo intitulado “*World Scientists’ Warning to Humanity: A Second Notice*”. O artigo afirma que o primeiro alerta ambiental foi escrito em 1992, quando 1700 cientistas manifestaram sua preocupação com as consequências em curso pelos danos causados à biosfera, tais como a destruição da camada de ozônio, a redução da disponibilidade de água potável, o desmatamento florestal, a destruição da biodiversidade, as alterações climáticas, a miséria que assola a espécie humana, entre outros (Ripple et al., 2017).

Houve a necessidade, após 25 anos, de um segundo alerta. Dessa vez, o documento foi assinado por mais de 15.000 cientistas de 184 países diferentes, declarando que, as mudanças realizadas após a primeira advertência foram insuficientes para conter o avanço da destruição de muitas das formas de vida, o que está desencadeando paulatinamente, de acordo com os pesquisadores, um evento de extinção em massa. Para tais autores, são necessárias mudanças urgentes na política ambiental, nas práticas sociais e nas desigualdades globais. Tais mudanças implicam alterações efetivas nas relações de produção e consumo e novas maneiras de viver, que possibilitem uma existência comum.

Entretanto, no contemporâneo, presencia-se uma tendência oposta, em que os valores econômicos sobrepõem os demais e se caminha para a uniformização cada vez mais intensa dos modos de vida, caracterizados massivamente por subjetividades capitalísticas, cujos valores se voltam para uma lógica individualista e de consumo. Como afirma Guattari (1990), “as forças sociais que administram o capitalismo hoje ... entenderam que a produção de subjetividade talvez seja mais importante do que qualquer outro tipo de produção, mais essencial até do que o petróleo e as energias” (Guattari, 1990, p.26). Guattari e Rolnik definem a subjetividade capitalística como “serializada, normalizada e centralizada em torno de uma imagem, de um consenso subjetivo referido” (1996, p. 40). Desde a infância, tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística chega pela linguagem, família, mídia e instituições que nos rodeiam, modelizando a relação do homem com o mundo e consigo mesmo.

Ainda para os autores (1996), essa produção capitalística ocorre por “uma modelização que diz respeito aos comportamentos, à sensibilidade, à percepção, à memória, às relações sociais, às relações sexuais, aos fantasmas imaginários, etc.” (p. 28). A modelização da subjetividade tende a inibir os encontros e a expressão dos afetos, assim como a criação de outros modos de viver e ocupar a cidade. Ao mesmo tempo, os autores afirmam

que “o desenvolvimento da subjetividade capitalística traz imensas possibilidades de desvio e reapropriação” (Guattari & Rolnik, 1996, pp.44-45), abrindo espaço para novas percepções, sensibilidades e subjetividades.

Foi assim que algumas questões tomaram corpo no processo de elaboração desta pesquisa: há, no espaço urbano, práticas de resistência que rompem, mesmo que não de maneira totalitária, com os pressupostos do capitalismo hegemônico e com seus dispositivos? Em que medida esses dispositivos tendem a despotencializar boa parte dos corpos, ao modelizar as subjetividades em máquinas de consumo e produção? Há possibilidades de inventar novos modos de agir, sentir e ocupar a cidade? Como resistir aos dispositivos de poder que atravessam a sociedade, abrindo espaços para construir uma sustentabilidade afetiva?

Tomando essas questões em análise, a presente pesquisa pretendeu compreender também quais produções urbanas poderiam promover a experimentação dos encontros com o outro, com a natureza, com os valores e com os afetos. Tendo como cenário o espaço urbano, a pesquisa investigou como as intervenções urbanas podem produzir conexões afetivas, tomando a cidade como espaço comum e compartilhado. Argumentamos que a noção de sustentabilidade afetiva, definida como a potência de acolher e sustentar afetos distintos (Mansano, 2012), aproxima-se da noção de resistência, compreendida no sentido de criação de modos de existir (Foucault, 1979).

Assim, o presente trabalho teve como objetivo analisar intervenções urbanas artísticas como práticas que podem pôr em circulação componentes de subjetivação, abrindo espaço para formas alternativas de existência. Buscou-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar as noções de sujeito e subjetividade no campo da Psicologia Social bem como suas possibilidades de transformação;
2. Compreender o espaço urbano como campo de produção de subjetividades;
3. Verificar como as experimentações subjetivas e a

sustentabilidade afetiva podem se configurar como resistências que aumentam a potência dos sujeitos por meio dos encontros urbanos; e, por fim, 4. Expor e analisar algumas intervenções urbanas artísticas, suas reverberações na cidade e as relações que guardam com a sustentabilidade afetiva e com a resistência.

A pesquisa justificou-se por estudar as intervenções urbanas como práticas de resistência no espaço urbano, em um momento no qual a humanidade, ancorada em uma cultura individualista e de consumo, sofre os efeitos da devastação do campo social, ambiental e da subjetividade (Guattari, 1992), correndo o risco de extinção. Dessa maneira, é relevante pesquisar no cotidiano as possibilidades de construir uma existência comum. Cabe mencionar também que a pesquisa se justifica por sua relevância acadêmica, que reside na utilização de ferramentas de análise da Psicologia Social em interface com a Filosofia da Diferença, utilizadas para abordar os modos de vida que se tornaram insustentáveis, um problema que atinge toda população urbana em âmbito macro e micropolítico.

O estudo também contemplou uma discussão sobre o papel da Psicologia como prática política e ética, que pode ser analisado criticamente com base no seu compromisso social. Convém, para isso, lembrarmos Machado de Assis (1994), que com sua sutileza irônica, questiona o papel que a ciência pode assumir quando fica fechada em si mesma, acrítica, sem medir seus efeitos concretos na sociedade. Na sua novela “O Alienista” há um momento em que aparece a figura do vereador da cidade. Ele questiona a atitude do alienista, o qual, respaldado em teorias científicas, começa a prescrever o modo certo de agir, de sentir e de pensar, condenando toda a cidade à reclusão no sanatório. O vereador fala: “—Nada tenho que ver com a ciência; mas, se tantos homens em quem supomos são reclusos por dementes, quem nos afirma que o alienado não é o alienista?” (Assis, 1994).

As verdades são inventadas historicamente, criadas pela ciência e pela sociedade (Foucault, 1979). Não há uma essência a ser desvelada, são construções compartilhadas que

servem a um determinado contexto histórico e social, dando legitimidade a alguns discursos e práticas. As teorias científicas mudam a cada tempo histórico, em um movimento dinâmico que acompanha as complexas mudanças na organização econômica, política, societária e tecnológica.

Nesta pesquisa, privilegiou-se uma ecologia dos saberes, tal como pensado por Santos (2007), que compreende que todos os saberes, mesmo os que não são científicos, são construções importantes para a produção de conhecimento, compõem uma multiplicidade de falas, visões de mundo e práticas que se complementam ou se enfrentam em um jogo vivo de produção. Este trabalho é resultado, portanto, de uma produção coletiva, uma composição de vozes e ideias que foram e serão geradas do encontro entre diferentes corpos, o do pesquisador, o do orientador, os dos sujeitos participantes da pesquisa, os dos docentes, os dos colegas de pesquisa, do leitor, entre muitos outros. Assim, fez-se necessário disponibilizar o corpo para experimentar essa sustentabilidade afetiva como parte imprescindível de todo o processo. A perspectiva teórico-metodológica que embasou o estudo foram os escritos de Deleuze (1992; 2002; 2009), Guattari (1990; 1992; 1996) e Foucault (1979; 1988; 1995; 2003; 2008) em diálogo com outros autores, imagens e saberes.

O trabalho foi organizado da seguinte maneira: O tópico 2, denominado “De que sujeito estamos falando afinal?”, aborda como as noções de sujeito e subjetividade surgem e ganham diferentes conotações ao longo da história da Psicologia, especialmente, na Psicologia Social. As práticas e discursos em Psicologia têm efeitos de poder no social que são corporificados, podendo cooperar ou não para legitimar determinadas formas de viver e ocupar o espaço urbano. Busca-se fazer uma crítica às categorias estáveis, fixas e universais da Psicologia que contribuem como instrumento de normatização das condutas e de modelização da subjetividade.

Já no terceiro tópico, chamado “O Caleidoscópio da cidade”, será abordada a cidade como partícipe da produção de subjetividade, sendo alvo de dispositivos de controle e vigilância dos corpos. Neste tópico, o conceito de governamentalidade, tal qual estudado por Foucault, apresentou-se como relevante, atentando para o governo da vida e da morte da população. Por meio desse conceito, foi possível interrogar o que acontece com as vidas que não se submetem à reprodução dos modelos dominantes. Questionou-se também o que ocorre àqueles corpos que investem toda sua potência para produzir e consumir? No decorrer do tópico, será possível entrever que a área de Arquitetura e o Urbanismo, após o final do século XVIII, passou a utilizar a organização do espaço urbano para alcançar objetivos econômico-políticos. Todavia, os efeitos dessa utilização se desdobram no campo social, implicando a diminuição dos encontros e o destrato com o outro e com a natureza.

O que abre para novas questões: como escapar na cidade insustentável? Como criar outros espaços e outras produções para reinvenção do cotidiano? Assim, no tópico 4, “Sustentabilidade afetiva: da (in)existência à resistência”, procuramos responder a essas questões utilizando o conceito de sustentabilidade afetiva e articulando-o com o de resistência. Neste tópico, discorreremos sobre a potência dos afetos nos encontros urbanos e seu poder de resistência e invenção. Nas relações de poder, há sempre uma correlação de forças entre o poder e a resistência, que inaugura diferentes composições de força, muitas vezes, inéditas. A resistência comparece, nesse sentido, como criação de algo que escapa ao poder, que coloca em circulação e movimento novos componentes de subjetivação. Nesse caso, a noção de sustentabilidade afetiva funciona como uma aliada da resistência para a invenção de modos de vida mais potentes para uma existência compartilhada.

O tópico 5 é dedicado a apresentar e analisar “As intervenções urbanas”. Nele foram apresentadas as principais características das intervenções urbanas, suas repercussões sociais, afetivas e políticas, bem como algumas manifestações artísticas na Avenida 23 de Maio, tendo

como cenário a cidade de São Paulo. Apresenta-se, assim, uma análise das configurações inventivas em relação ao espaço e as diferentes maneiras de ocupar a cidade.

Ao final da pesquisa, foi possível compreender, ainda que parcialmente, como os conceitos de sustentabilidade afetiva e resistência podem ser utilizados para dar visibilidade à potência de acolher e sustentar afetos distintos, emanados da experimentação dos encontros com o outro que acontecem no contexto urbano. Assim, investigar modos de vida que são ensaiados nas cidades permitiu levantar indícios de como são engendradas existências sensíveis às dimensões ética, estética e política que, das mais variadas maneiras, resistem às capturas do capitalismo contemporâneo.

2 DE QUE SUJEITO ESTAMOS FALANDO AFINAL?

A concepção de sujeito adquire contornos e conotações diferentes ao longo da história da Psicologia e da Psicologia Social, acompanhando o movimento da ciência. Tal concepção varia de sentido à medida que a sociedade se transforma, os paradigmas se alternam e exigem novos contornos para os campos epistemológico, filosófico e social. Concomitantemente a essas mudanças históricas, há uma invenção do sujeito, visto que ele não preexiste, não pode ser simplesmente descoberto como uma estrutura fixa, mas é fundado pelos saberes e práticas de um determinado momento histórico.

As visões de mundo, ciência e sujeito são importantes aspectos de serem analisados, pois circunscrevem determinados modos de existência que, paralelos às invenções dos modos de vida, conformam determinados componentes de subjetivação que circulam na contemporaneidade. Os modos de vida emergentes, que se desdobram em novas subjetividades, trazem em seu bojo a ideia de subjetividade como processo, conceito que aparece na Psicologia Social a partir dos pré-socráticos, do materialismo histórico e da Filosofia da Diferença.

Neste capítulo, problematizaremos as noções de sujeito no âmbito da Psicologia com vistas a delinear as múltiplas concepções que dão consistência a esse conceito e como essa multiplicidade se manifesta nas relações urbanas. Afinal, quais são as diferentes concepções de sujeito utilizadas na Psicologia, como elas se materializam no cotidiano das relações sociais e qual delas adotamos neste estudo? Além disso, o capítulo visa esclarecer como tais concepções se entrelaçam com os modos de existência no espaço urbano.

Nessa trajetória conceitual, partimos do âmbito da Psicologia calcada no positivismo, na qual a concepção de sujeito ganha um caráter objetivo, que pode ser observado, esquadrinhado e controlado. Nela, o sujeito moderno foi individualizado, ganhando contornos

de uma subjetividade identitária. Em seguida, abordaremos a Psicologia Social materialista, na qual esse sujeito aparece em movimento, em transformação, tendo como condição a análise crítica das lutas de classe e referida a autores como Lane (1985; 2006), Montero (1994) e Rey (2016). Apresentaremos, na sequência, a concepção de sujeito da Filosofia da Diferença, recorrendo a autores como Deleuze e Guattari, que entendem a subjetividade como produção, até se configurar, no contemporâneo, partindo da ideia de um sujeito cindido, aberto e em larga medida exposto a fabricação de uma subjetividade capitalística, massificada.

Percorrer essa multiplicidade de concepções coopera para compreender a complexidade do conceito, permitindo avançar na compreensão de como são experimentadas as relações sociais e afetivas com o espaço urbano.

2.1 O SUJEITO E A PSICOLOGIA

A noção de sujeito, como entidade racional e individualizada, foi delineada de maneira mais objetiva somente com a emergência do discurso científico moderno que deu ênfase à produção de conhecimento de maneira mais racional e organizada (Prado Filho & Martins, 2007). Tal pensamento seguiu as tradições filosóficas de Descartes, Bacon e sobretudo Comte, estando a produção do conhecimento científico embasada no pressuposto positivista vigente na época (Santos, 2008). Santos assinala: “A consciência filosófica da ciência moderna, que tivera no racionalismo cartesiano e no empirismo baconiano as suas primeiras formulações, veio a condensar-se no positivismo oitocentista” (Santos, 2008, p. 33). Deste modo, o racionalismo passa a desempenhar papel central como definidor do sujeito do conhecimento, bem como o de objeto de estudo e de práticas das ciências humanas, especialmente no campo da Psicologia.

Tal como expõem Prado e Martins (2007) ao considerar que o surgimento do sujeito psicológico ocorre a partir do advento da Psicologia científica, temos: “o nascimento deste sujeito nos domínios do discurso ocidental moderno, científico, ou à sua emergência como figura correlata deste discurso, considerando que esta era uma figura inexistente na cultura ocidental antes do surgimento da Psicologia científica na passagem do século XIX ao XX” (p. 14).

A emergência do sujeito psicológico com a Psicologia científica envolveu a consolidação do sistema capitalista na cultura ocidental, uma vez que, na ordem feudal, a figura desse sujeito, com um mundo privado e singular, não existia, sendo a humanidade compreendida por meio de dogmas religiosos e universais. O capitalismo provocou mudanças de ordem social, econômica, cultural e política na civilização, assim como a ciência e seus avanços foram e são atravessados por interesses e valores dominantes. A visão liberal apregoada a favor dos interesses mercantis constituiu terreno fértil para a aposta em um sujeito individualizado, senhor de si, capaz de controlar e dominar a natureza, galgando mobilidade e prestígio social, por meio da produção e consumo de mercadorias. Assim, abre-se espaço para o desenvolvimento de uma ciência que vai se debruçar sobre esse sujeito em voga. Bock (2007) assinala:

A noção de eu e a individualização nascem e se desenvolvem com a história do capitalismo. A idéia de um mundo “interno” aos sujeitos, da existência de componentes individuais, singulares, pessoais, privados toma força, permitindo que se desenvolva um sentimento de eu. A possibilidade de uma ciência que estude esse sentimento e esse fenômeno também é resultado desse processo histórico. A Psicologia se torna necessária (p. 19).

Nota-se que, com o capitalismo, começa a se configurar a ideia de que no sujeito há uma subjetividade interiorizada e natural a ser compreendida e estudada pela ciência. “A

partir do século XIX, ao tentar afirmar-se paulatinamente como saber científico, distinto das especulações filosóficas, a psicologia começa a reivindicar para si, como objeto de seu saber, a subjetividade” (Soares & Miranda, 2009, p. 411). Desse modo, a figura do sujeito aparece atrelada a uma subjetividade esquadrinhada, com uma essência interior, objetivada pelo pensamento científico. Sobre isso, Miranda (2005) escreve:

A subjetividade e a noção de sujeito têm sido pontos centrais na discussão e questionamento dos paradigmas das ciências humanas. A fim de promover a “verdade” sobre a condição humana, vários perfis de sujeito são traçados: o sujeito do conhecimento, o sujeito psicológico e o sujeito do inconsciente. Paralelamente, a subjetividade, via de regra, vem acompanhada de um “subjetivismo”, ora sendo negada em nome da objetividade científica, a chamada neutralidade, ora avançando em nome de uma constituição estrutural e universal do sujeito. No entanto, ambas concepções, “objetivista” ou “subjetivista” apontam para o mesmo lugar: o sujeito transcendental, a subjetividade individualizante, prisioneira de uma interioridade (pp. 31-32).

A ciência moderna forja, desta maneira, um sujeito transcendental, consciente, controlado, racional, com total domínio sobre sua própria vontade. Concepção esta que passa a sofrer mudanças com os postulados da Psicanálise a respeito do inconsciente e seus efeitos na subjetividade. Todavia, mesmo no campo psicanalítico, a concepção de sujeito é atravessada pelos critérios de cientificidade vigentes na época, corroborando a ideia de subjetividade como algo de foro íntimo e com estruturas universais (Prado & Martins, 2007). Pode-se notar que, historicamente, a Psicologia adotou os pressupostos epistêmicos do paradigma positivista para garantir seu *status* de ciência, havendo desdobramentos no modo de compreender o sujeito.

Para Sawaia (1998), algumas perspectivas da Psicologia, para explicar as diferenças individuais, deram ênfase aos comportamentos acionados por agentes externos do meio, como no behaviorismo, ou na consciência e suas funções, como na corrente cognitivista. Isso deixou de lado a subjetividade em sua dimensão complexa e multifacetada, por ser vista como algo que deveria ser neutralizado e descartado. “Em nome da ciência, expulsou o sujeito, substituindo-o por estímulo resposta, determinação, natureza humana, aparato cognitivo. A subjetividade passou a ser da ordem do erro, da imprecisão e do desencontro” (Sawaia, 1998, p. 120).

Santos (2008) problematiza a validação e legitimação do conhecimento sobre o humano a partir do discurso único da ciência, por este ser baseado em um modelo totalitário, em que a validade do conhecimento se funda na neutralidade do sujeito epistêmico, na objetividade, na estabilidade da vida e dos fenômenos humanos e sociais, assim como ocorria com as ciências naturais.

A Psicologia foi delineada, em seus primórdios, como uma ciência voltada para compreender o sujeito em sua regularidade e funcionamento, sendo ele concebido como mero objeto passível de mensuração e intervenção. Isso desembocou, segundo Bock (2007), em uma concepção ao mesmo tempo mecanicista e determinista. Como expõe o autor:

Todas as abordagens se constituíram como esforços para que a ciência psicológica pudesse dar conta de compreender o homem e o seu contato com o mundo real. Nenhuma delas, no entanto, superou as perspectivas mecanicista e determinista presentes já em Wundt. Mecanicista por pressupor uma regularidade no humano, como se fosse uma máquina dotada de funcionamento próprio, que, por ser natural, pode ser desvendado e conhecido. ... Determinista, por pressupor causas para o ‘efeito homem’ que observamos. Além disso, há marcadamente a perspectiva do homem

apriorístico, com estruturas ou mecanismos prontos que permitem seu funcionamento regular enquanto ser humano (Bock, 2007, pp. 16-17).

Forja-se, assim, uma concepção de sujeito que assume um caráter estruturado, uma unidade estável a ser pesquisada e compreendida, como uma totalidade unificada e universal. Uma imagem capturada, sem variação, conduzindo a uma configuração de sujeito aprisionado em sua identidade que era, supostamente, passível de observação e controle.

Rolnik (1995), ao traçar uma cartografia do sujeito moderno, expõe que ele é um “sujeito que se vê como uma essência identitária, uma ordem estável, sempre igual a si mesma” (p. 51) como se fosse neutro e equilibrado. Entretanto, como essa concepção apresenta limites, tendo em vista as múltiplas forças e acontecimentos que assolam a existência, a autora fala do conjunto de turbulências vividas nos encontros. Tal turbulência “é entendida como algo que vem perturbar a ordem identitária, ameaçando desintegrá-la” (p. 51), sendo frequentemente tomada como efeito negativo, caótico. Aspecto que vai ser redimensionado e valorizado só a partir dos paradigmas emergentes que surgiram com a crítica ao positivismo, como veremos mais adiante.

Com a crise do paradigma dominante, a partir das reformulações teóricas nas diversas disciplinas e da constatação da imprevisibilidade e complexidade dos fenômenos, tais como a Relatividade de Einstein, o princípio da incerteza de Heisenberg e as experiências do físico químico Prigogine, ocorre a problematização do modelo naturalizado pela ciência com suas categorias estáveis e fixas (Santos, 2008). Tais fatos que ocorreram nas ciências naturais contribuíram para rever os pilares que sustentavam a ciência psicológica até então.

No campo da Psicologia, Bock (2007) afirma que a “naturalização do psicológico” (p. 31) passa a conceber o sujeito, no paradigma positivista, dotado de subjetividade, configurado por um desenvolvimento individual, interno, natural e universal, discurso defendido e disseminado pela Psicologia em diferentes abordagens. Tal concepção passa a ser criticada

precisamente por ignorar as dimensões social, histórica e cultural presentes na constituição do sujeito. Nesse sentido, a complexidade do humano e as transformações na maneira de fazer ciência exigiram, da Psicologia, repensar seus papéis social e científico, bem como analisar criticamente a quais interesses ela estava servindo (Bock, 2007; Sawaia, 1998).

É notável, então, a adoção de uma postura mais ética do Psicólogo com seu objeto de estudo e intervenção, procurando promover a superação da “suposta neutralidade que ocultou sempre, no discurso cientificista, a concepção de ‘normalidade’ e saúde que nada mais eram do que valores sociais instituídos e dominantes sendo reforçados” (Bock, 2007, p. 31). Tal reforço conduziu a uma normatização dos sujeitos e a legitimação da exclusão daquilo que era considerado diferente, em referência a um parâmetro arbitrário, reproduzindo os modos de vida à formatação dominante. Portanto, “o positivismo só ocultou o jogo de interesses e os valores que sempre estiveram no campo da produção dos conhecimentos” (p. 32), motivo pelo qual a neutralidade e a objetividade passaram a ser questionadas pela própria ciência psicológica.

Esse cenário de reformulações teórico-metodológicas nas ciências naturais e humanas, que protagonizou a crítica ao positivismo vigente, afirmando as incertezas epistemológicas e dando espaço para a emergência de novas concepções de sujeito, deu lugar à compreensão de um humano relacional, mutante e plural, abordando-o a partir de uma perspectiva crítica e social, como será apresentado na sequência.

2.2 O SUJEITO NA PSICOLOGIA SOCIAL

A Psicologia Social foi, inicialmente, ancorada no paradigma tradicional cientificista, alicerçada na suposição de que há uma verdade a ser desvelada por um método científico rigoroso. Em seus primeiros passos na direção de se firmar como ciência, buscou-se selecionar, organizar e compreender as leis gerais e regularidades na relação entre sujeito e

sociedade, visão baseada na separação entre eles, na dicotomia entre social e individual (Rey, 2016). Visão que segue a tradição cartesiana e positivista, pensando o sujeito por meio de fragmentações e separações, como as separações corpo x mente, sujeito x sociedade, sujeito x objeto.

A Psicologia Social moderna surge com esta premissa reducionista e dicotômica da relação entre indivíduo e sociedade, apresentando-os apenas como dois polos distintos que interagem (Jacques et al., 2013). Para isso, partia de perspectivas individuais e de teorias e métodos dos Estados Unidos, em larga medida de base behaviorista e cognitiva, na tentativa de explicar e analisar a relação com o meio social, restringindo o sujeito ao comportamento resultante ou ao aparato cognitivo.

Farr (2008), ao estudar as raízes da Psicologia Social moderna, mostra que “as raízes são predominantemente europeias, enquanto que a flor é tipicamente americana” (p. 33). Conforme descreve o autor, as duas Guerras Mundiais provocaram a migração de intelectuais e cientistas da Psicologia Social para a América, incidindo no florescimento da Psicologia Social moderna como um fenômeno tipicamente americano, embora uma parte de suas raízes esteja na tradição ocidental europeia. Farr (2008) expõe que a Psicologia Social moderna era, marcadamente, experimental e duas vertentes predominavam: o Behaviorismo americano, de cunho positivista e a Psicologia Social Cognitiva, que se desenvolveu na América, mas cuja raiz é a Fenomenologia, de vertente europeia.

A Psicologia Social Cognitiva chegou e se desenvolveu na América pela ameaça do nazismo e os desdobramentos da Segunda Guerra. Os Psicólogos da Gestalt, que migraram da Áustria e da Alemanha para a América, é que propiciaram o desenvolvimento da Psicologia Social Cognitiva de base fenomenológica. “Foi desse conflito entre duas filosofias rivais, mas incompatíveis (isto é, fenomenologia e positivismo), que a Psicologia Social emergiu na América, na forma específica que se deu, logo no início do período moderno” (Farr, 2008, p.

26). O Behaviorismo estava em seu auge, com estudos sobre o comportamento social, como a alteração ou criação de atitudes nos indivíduos, quando os psicólogos sociais cognitivistas adentraram a América. Após a Segunda Guerra, Farr (2008) considera que foi o Cognitivismo que passou a predominar na Psicologia Social americana, uma forma de Psicologia Social que se respaldava na teoria da cognição, mas com uma perspectiva fenomenológica do mundo, como o grupo de Lewin e sua Teoria de campo. Esta vertente configurou-se, para o autor, como formas psicológicas, que foram disseminadas para outros países na Europa e no Japão, lugares que os EUA ajudaram a reconstruir após a guerra, inclusive participando da reconstrução de suas universidades.

Outra raiz da Psicologia Social descrita por Farr (2008) refere-se às vertentes que originaram e se desenvolveram predominantemente na Europa. As mais representativas foram a teoria da identidade social de Tajfel e a teoria das representações sociais de Moscovici. A teoria da identidade social foi também uma vertente da Psicologia Social que se aproximava mais da corrente cognitiva americana e se desenvolveu com mais intensidade nos países de língua inglesa.

Para Farr (2008), a teoria de Tajfel contribuiu para a individualização do social por conduzir experimentos no laboratório, sem incluir as dimensões histórica e cultural nos estudos sociais. Assim, Moscovici ao escolher Durkheim como ancestral em sua teoria das representações, constituiu uma forma sociológica de Psicologia Social, tecendo críticas à natureza individual da forma psicológica dominante nos EUA e dentro da Europa na era moderna.

Na América Latina, configurou-se outro movimento: “no início da era moderna, a Psicologia Social nas universidades da América Latina foi fortemente influenciada pela forma psicológica dominante de Psicologia Social dos EUA Muitos dos proeminentes professores de Psicologia Social nas universidades latino-americanas receberam sua formação

de pós-graduação nos Estados Unidos” (Farr, 2008, p. 31). A importação do modelo americano contribuiu para uma visão representacional do sujeito, na busca da predição de comportamentos e atitudes, por meio da relação com o meio social. Também nesse momento, concebia-se um sujeito sem história, sem subjetividade, meramente determinado pelo social.

Rey (2016) escreve que o pensamento veiculado pelo modelo behaviorista americano, bastante presente na Psicologia social, estava ligado ao instrumentalismo, ao objetivismo e ao naturalismo, contribuindo para uma representação atomizada da psique e do ambiente social. Tal modelo, em que sujeito e sociedade evidenciavam relações de causalidade e efeito, gerava deste modo, uma dificuldade para visualizar outras formas de organização, tanto da psique, quanto da sociedade e da cultura.

Desconsiderava, desta maneira, o sujeito como produto e produtor das relações sociais e históricas. Assim, mesmo na Psicologia Social, o sujeito aparece como abstrato, um sujeito de laboratório, reduzido a partes, tais como o comportamento, a cognição, a consciência, a linguagem.

A crítica ao paradigma positivista que sustentava a Psicologia permitiu a Psicologia Social adotar novas perspectivas epistemológicas e a criação de novas abordagens teórico-metodológicas, que adotaram um posicionamento mais crítico, político e ético em relação a seu objeto de investigação e aos efeitos de sua atuação. A Psicologia Sócio-Histórica surgiu dentro dessa nova perspectiva, que parte da compreensão de que indivíduo e seu contexto social, histórico e cultural constroem um espaço de intersecção em que um implica o outro (Jacques et al., 2013). Essa nova configuração da Psicologia Social Contemporânea é traduzida como uma:

Psicologia Social que enseja a complexificação do simples, a pluralidade teórico-metodológica, a intersecção das diferentes áreas de aplicação da psicologia, a prática interdisciplinar e a preocupação ética em relação aos seus compromissos sociais e

políticos. Psicologia Social que vai além da simples assertiva de “um ser humano social”, mas de um ser humano social com base na convicção de que não há possibilidade do humano sem ser no social (Jacques et al., 2013, p. 16).

A Psicologia Sócio-Histórica, ao tecer a crítica ao modelo de sujeito adotado pela Psicologia desde então, coloca em xeque o sujeito transcendental, abstrato, descolado de seu contexto histórico e cultural, concepção que estava a serviço da manutenção do instituído nas esferas política, econômica e social, investidas pela ideologia liberal capitalista. Sobre isso, Lane (1985) escreve:

Se a Psicologia apenas descrever o que é observado ou focar o indivíduo como causa e efeito de sua individualidade, ela terá uma ação conservadora, estatizante - ideológica - quaisquer que sejam as práticas decorrentes. Se o homem não for visto como produto e produtor, não só de sua história pessoal mas da história de sua sociedade, a Psicologia estará apenas reproduzindo as condições necessárias para impedir a emergência das contradições e a transformação social (p. 15).

O compromisso da Psicologia não deve ser com a previsão e controle de comportamentos ou de ajustamento social, mas, de acordo com Lane (1985), com a transformação social. A Psicologia Sócio-Histórica, pautada pelos postulados de Vigotsky, compreenderá o indivíduo como ser concreto, como manifestação da totalidade histórico-social. Como assinala Molon (2011), as ideias de Vigotsky possibilitaram uma Psicologia social que compreende o sujeito e a subjetividade como processualidade. Ele introduz no debate a dimensão semiótica, a linguagem e os signos, como constituintes dos fenômenos psicológicos, sendo o sujeito fundado nas relações sociais mediadas pela linguagem, de forma ativa, a partir do materialismo histórico e dialético. Diz o autor:

Desse modo, o sujeito se constitui pela mediação semiótica e por meio do processo de significação, mas essa constituição acontece no confronto eu-outro das relações

sociais. Nesse sentido, a subjetividade e o sujeito são compreendidos na realidade social e na vida social, vista esta como, primordialmente, histórica (Molon, 2011, p. 617).

A Psicologia Sócio-Histórica de Gonzalez Rey, vertente contemporânea, também partilha da concepção de Vygotski que concebe a subjetividade como processo e pretende propiciar a superação das dicotomias presentes na Psicologia. Assim, a categoria subjetividade é entendida:

como processualidade, rompendo tanto com sua representação como algo inerente ao indivíduo quanto com dicotomias: individual/social, cognitivo/afetivo, consciente/inconsciente, entre outras. Ela se define pela natureza dos seus processos, ou seja, a complexa relação do histórico e do atual que constituem os diferentes momentos do homem e do social e na forma em que adquirem sentido e significado a partir dessa relação. Assim, não é cópia, nem internalização do social, mas nova produção que acontece como resultado das múltiplas e simultâneas consequências do "viver" do homem. Nesse processo, suas próprias ações são fontes dos processos de subjetivação que se configuram na sua experiência (Mori & Rey, 2012, p. 142).

Lane (1985) contribuiu de maneira significativa para a constituição de uma Psicologia Sócio-Histórica que estivesse voltada para as questões concretas que eram enfrentadas no Brasil, imbuídas de relevância social para responder às questões específicas da população. Para a autora, a Psicologia tem por objetivo promover uma transformação social pela luta por condições mais igualitárias e inclusivas de vida a todos. Na produção Sócio-Histórica de Silvia Lane, a noção de sujeito está atrelada à ideia de sujeito da própria história, agente da transformação, compreensão que está embasada no materialismo dialético, como se depreende a seguir:

A compreensão dos aspectos psicológicos como constituídos em uma dialética subjetividade-objetividade traz a possibilidade de superar explicações que apenas justapõem indivíduo e sociedade e permite que, ao se falar do sujeito, fale-se, necessariamente, da realidade social da qual ele participa. Nessa vertente, compreende-se que ambos, sujeito e sociedade, estão em um movimento que tem por base as contradições do processo histórico, o que significa poder apontar as possibilidades de transformação (Bock, 2007, p. 52).

Na mesma perspectiva, Montero (1994), ao discorrer sobre os paradigmas da Psicologia Social crítica, trata o sujeito como ator e construtor de sua realidade, concebendo-o a partir da autodeterminação relativa, podendo se tornar agente de mudanças e transformações sociais. A autora considera o conflito e a divergência como partes da ação humana que precisam ser contemplados pela Psicologia Social que está comprometida com a transformação social. Também entende que cabe à Psicologia Social analisar criticamente os problemas da realidade social, levando em conta a estrutura econômica e seus efeitos na formação do social. Na América Latina, o psicólogo social adotou uma abordagem com os pressupostos marxistas de compromisso com a melhoria das condições de vida da população, especialmente pela via da conscientização sobre os direitos e pela inclusão no trabalho não alienado (Montero, 1994). Isso porque boa parte da população é oprimida e excluída pelo capital, o que confere à Psicologia um papel de agente político e facilitador das mudanças sociais.

Lane (2006) analisa também como a visão de mundo e os valores dominantes são transmitidos pela linguagem, por meio das significações sociais e sentidos pessoais, perpetuando a relação de desigualdade entre as classes no capitalismo. Para a autora, a veiculação de ideologias e representações sociais promove a alienação dos dominados. Assim como as instituições sociais (família, escola e trabalho), reproduzem em seu interior as

relações de poder e as condições sociais, podendo, em determinadas circunstâncias, propiciar também, em determinados momentos, o desenvolvimento da consciência social. Lane mostra assim o papel a ser desempenhado pela Psicologia Social Comunitária, que é possibilitar e facilitar a emancipação social, transformando o indivíduo em um sujeito de sua própria história, fato que também o coloca como agente na história social.

Diante das lutas sociais e políticas assumidas pela Psicologia Social Crítica na América Latina, com sua filiação marxista e materialista, pode-se dizer que ela concebe o sujeito como ser concreto, social, histórico, que está em movimento, é ativo e luta por direitos e pela inclusão. Tal sujeito aparece imerso e constituído nas contradições cotidianas e se transforma pelo contato com a realidade social, sendo capaz de protagonismos e transformações políticas e sociais. A subjetividade, portanto, é concebida como processo, reconfigurando-se em âmbito intersubjetivo e intrassubjetivo, em um movimento dialético, pautado por contradições e superações.

2.3 O ENCONTRO DA PSICOLOGIA SOCIAL COM A FILOSOFIA DA DIFERENÇA

Na Filosofia da Diferença, Deleuze e Guattari vão conceituar sujeito e subjetividade sob outro prisma. A subjetividade não é tomada, por eles, como uma representação dada *a priori*, como se houvesse um sujeito identitário a ser desvelado pela ciência. Eles refutam, ainda, a ideia de um sujeito que está aprisionado em uma unidade estável, que conforma e abriga um “eu”, portador de uma essência que poderia ser observada, manipulada e controlada.

Os estudos de Deleuze (1992; 2001) e Guattari (1990; 1992; 1996) afirmam uma concepção de sujeito inacabado, em movimento, fabricado na e pelas experimentações com o outro e com o mundo que o cerca. Em alguma medida, essa concepção mantém ressonâncias com a Psicologia Social crítica, à medida que parte do movimento e da transformação inerentes ao vivo

e à sociedade. Cabe delinear, então, quais novos elementos esses autores acrescentam à Psicologia Social, alterando a textura da concepção.

Primeiramente, os autores entendem a transformação como algo diferente da vertente dialética que embasa a Psicologia Sócio-Histórica. Em seu lugar, Deleuze e Guattari descrevem a multiplicidade de componentes de subjetivação que colocam a produção do sujeito em uma perspectiva de movimento. Tais componentes não estão necessariamente em contradição. Eles se compõem e decompõem nas existências à medida que encontros são experimentados e atualizados no cotidiano.

Esses múltiplos componentes são assimilados e experimentados em um registro singular, a partir dos afetos disparados nos encontros com o outro, com os acontecimentos e com a natureza. Como em uma espécie de máquina social produtiva, eles são postos em circulação para serem sentidos, provados, alterados, abandonados e recompostos. Dessa maneira, essa produção de subjetividades, “da qual o sujeito é um efeito provisório, mantém-se em aberto uma vez que cada um, ao mesmo tempo que acolhe os componentes de subjetivação em circulação, também os emite, fazendo dessas trocas uma construção coletiva viva” (Mansano, 2009, p. 111) e mutante.

Os modos de existir, sentir, pensar e agir não são fixados e regularizados. Assim, eles tendem a ser abalados pelo encontro com outros corpos, sendo que a subjetividade sofre transformações pelas múltiplas forças sociais, técnicas e naturais que circulam fora do sujeito. Portanto, a subjetividade não deve ser reduzida a um monopólio do sujeito, este é um efeito das forças do mundo e o ultrapassa, podendo se reinventar. Como desdobramento, o sujeito passa a ser visto como:

processualidade, de um vir a ser que não se estabiliza de maneira definitiva. Ele é construído à medida que experiencia a ação das forças que circulam no fora, e que, por diferentes enfrentamentos, afetam o seu corpo e passam, em parte, a circular também do lado de dentro. Sob essa ótica, a produção do sujeito envolve um movimento que não

conhece sossego, pois ele não está dado de uma vez por todas. Dessa maneira, ele pode ser sentido e percebido como uma existência particular e histórica à medida que desenha territórios subjetivos que são investidos desejantemente. Entretanto, estes territórios nada mais são do que composições provisórias de forças (Mansano, 2009, pp. 115-116).

Por conseguinte, nesta perspectiva, a noção de identidade ligada ao sujeito é problematizada e criticada, pois parte da ideia de um sujeito que se repete e se reconhece idêntico ao longo do tempo. Analisando a aproximação entre identidade e Estado, Prado Filho e Martins (2007) assinalam que o conceito de identidade:

se esgota numa exaltação ao “idêntico”: este movimento de se repetir, de se fazer idêntico a si mesmo para facilitar a visibilidade social e permitir a localização e captura pelos poderes. Visibilidade de duas vias: do sujeito que se repete e se reconhece idêntico a si mesmo, e que neste movimento se expõe à vista dos outros, tornando-se identificável e capturável pela lei, pela norma, pela moral. Questão política esta, portanto, ligada a práticas de individualização e identificação social de sujeitos, envolvendo jogos de normalização, formas de reconhecimento de si e dos outros, além de modos de subjetivação, que exigem posicionamento crítico e resistência a uma certa “política das identidades” exercida pelo Estado contemporâneo (p. 16).

Tal política é desempenhada como forma de controle sobre os corpos e as subjetividades, legitimando formas de existir que mantêm o que está instituído pelo capital e pela configuração valorativa dominante neste tempo histórico. As identidades são criadas como mais um produto a ser consumido, delineando uma subjetividade fabricada e serializada que se conforma e estagna na produção de subjetividade massificada, passiva e consumidora, sendo essa produção uma grande aliada do capital (Guattari & Rolnik, 1996).

Rolnik (2018) assinala que a produção do sujeito mutante implica um corpo sensível às forças do mundo que o afetam incessantemente. Quando tomado por essa experiência sensível, o sujeito pode vir a questionar e reinventar sua existência, sendo produzido, ao

mesmo tempo, pelo “estranho e familiar” (Rolnik, 2018, p. 112). Cabe à Psicologia Social, em sua interface com a Filosofia da Diferença, compreender essa concepção de sujeito não apenas como contradição, mas como um posicionamento político e ético diante da vida, possibilitando os processos de diferenciação e de invenção, em prol da expansão da potência da vida.

Estamos diante de uma concepção de sujeito que não pode ser pensada em termos de unidade e de totalização, mas de multiplicidade, movimento e devir. Ela carrega em si “os gérmenes da vida” (Rolnik, 2017), ou seja, essa virtualidade que é produzida nos encontros e que pode chegar a se expressar, possibilitando diferentes maneiras de perceber, sentir e pensar o mundo, inaugurando diferentes modos de existência. Entretanto, esse processo de diferenciação é frequentemente obstruído, por exemplo, pelo excesso de normas, agendas e prescrições tão comuns no cotidiano das cidades. É nesse sentido que Rolnik (1995) afirma circular em nosso cotidiano um modelo identitário que advém da invenção do sujeito moderno. Este modelo, entretanto, pode ser tomado pelas diferentes turbulências geradas nos encontros com o outro, provocando um efeito desestabilizador (Rolnik, 1995). Trata-se da experiência do que a autora chama de um “estranho-em-nós” (p. 52), que invade o corpo, ameaça desintegrar aquilo que é sentido como sua identidade, podendo romper com o sentido vigente de si e do mundo.

Para Rolnik (1995), por vezes, em nome da segurança e do medo, esse “estranho-em-nós” não pode se expressar, já que evidencia os riscos de produzir-se incessantemente, sem garantias ou continuidade. Pode-se dizer, então, que a ilusão identitária promove uma homogeneização dos modos de vida em que “brecar-se o processo (de mudança), anestesiando a vibratibilidade do corpo ao mundo e, portanto, seus afetos” (Rolnik, 1995, p. 2).

Partindo do pressuposto de que o sujeito é composto por múltiplos elementos de subjetivação e que a identidade é mais um entre tantos outros, pode-se dizer, nessa perspectiva de análise, que ele oscila entre o conhecido e o estranho. Nessa oscilação entre

elementos díspares “criam-se novas modalidades de subjetivação do mesmo modo que um artista plástico cria novas formas a partir da palheta que dispõe” (Guattari, 1992, p. 17).

Destacamos, portanto, que na interface entre Psicologia Social e Filosofia da Diferença a subjetividade é “imaneante, forjada no meio do socius” (Soares & Miranda, 2009, p. 413).

2.4 A PRODUÇÃO DOS SUJEITOS E O ESPAÇO URBANO

Com o passar do tempo e a ampliação de perspectivas conceituais presentes na Psicologia, a concepção de sujeito e de subjetividade sofreu variações, balizando de maneira múltipla seus fundamentos epistemológicos, filosóficos, técnicos e metodológicos. Tal fato fez variar também os posicionamentos éticos e políticos dessa área de conhecimento.

Ao analisar, neste capítulo, algumas das concepções de sujeito elaboradas e utilizadas na Psicologia, foi possível constatar que elas assumiram diferentes contornos ao longo da história, não havendo um consenso na área sobre esse conceito. Assim, consideramos que a riqueza presente na Psicologia envolve a coexistência de múltiplas possibilidades de compreensão do sujeito, de seus modos de existência e dos processos de transformação de si e da sociedade.

Mas essa trajetória conceitual coloca-nos também o desafio de adotar uma maneira de compreender o sujeito que, necessariamente, produzirá efeitos nas práticas e teorizações elaboradas pelos profissionais da área. Para isso, recorreremos às ideias de Guattari (1992), para quem acolher e assumir uma dessas concepções implica uma escolha ética: “ou se objetiva, se reifica, se ‘cientificiza’ a subjetividade ou, ao contrário, tenta-se apreendê-la em sua dimensão de criatividade processual” (p. 24).

Compreendemos, portanto, que a Psicologia Social, no encontro com a Filosofia da Diferença, tem condições de se desviar da expectativa socialmente colocada de ocupar um saber infalível e verdadeiro, de uma ciência que descobre e determina quem somos, que nos

categoriza ou que prescreve quem devemos ser, gerando efeitos de poder, de sujeição e normatização de indivíduos.

Nesse sentido, a Psicologia pode comparecer no estudo do espaço urbano como um conjunto teórico e prático capaz de se aliar às práticas de resistência, participando da produção de conhecimentos sobre as subjetividades emergentes e provisórias. Como assinala Foucault (1995), entre as lutas de resistência, no contemporâneo, prevalece “a luta contra as formas de sujeição - contra a submissão da subjetividade” (p. 236). Essas lutas implicam “uma recusa a estas abstrações, do estado de violência econômico e ideológico, que ignora quem somos individualmente, e também uma recusa de uma investigação científica ou administrativa que determina quem somos” (p. 235). Para tanto, a Psicologia pode intervir como ciência que assegura o direito de ser diferente, que se recusa a conceber o sujeito preso a uma ideia de identidade ou de totalização, mas o compreende em sua complexidade e multiplicidade, capaz de engendrar novos modos de vida e novos mundos. Tal como Foucault (1995) afirma:

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposta durante séculos (p. 239).

Diante dessa diversidade conceitual e política, abordaremos no capítulo seguinte a complexa relação entre o sujeito e a cidade e os diferentes modos de vida que se configuram no urbano neste tempo histórico. Como o sujeito, a cidade é pensada de maneira ordenada e planejada, mas se constitui de forma caótica e múltipla, sendo atravessada por diversas forças, assim, produzindo efeitos nas subjetividades e nos modos de existir, como veremos a seguir.

3 O CALEIDOSCÓPIO DA CIDADE

Neste tempo histórico, mais da metade da população mundial (54%) reside em áreas urbanas, segundo o Relatório da Organização das Nações Unidas – ONU (2018). O mesmo relatório prevê o crescimento acentuado da população mundial urbana nos próximos anos, alcançando a margem de 66% no ano de 2050. O Centro Regional de Informações das Nações Unidas (UNRIC), ao divulgar uma nota sobre o resultado deste último relatório, enfatiza que haverá: “inúmeros desafios em atender às necessidades do crescimento da população urbana, inclusive para a habitação, para as infraestruturas, transportes, energia e emprego, assim como para os serviços básicos como a educação e os serviços de saúde” (2018). Somado a estas adversidades, presencia-se a ampliação de degradações socioambientais nos espaços urbanos; processos complexos que causam impactos em toda a biosfera e que trazem ressonâncias na vida cotidiana de múltiplas formas, independente do território habitado. Tal cenário preconiza a importância de uma análise das problemáticas relativas à cidade e seus efeitos tanto nos processos de subjetivação quanto na vida geral no planeta.

A cidade não compreende apenas o espaço físico ocupado, construído e organizado em territórios compostos por aglomerados de pessoas. A cidade é, principalmente, produtora de subjetividades, podendo ser considerada, conforme descreve Guattari (1992), como cidade subjetiva. Deste modo, ela está exposta a diferentes tentativas de captura, controle, ordenação e codificação, que se desdobram em processos de aprisionamento dos territórios subjetivos e dos fluxos do desejo, em um movimento que pode levar à impotencialização da

vida. Entretanto, se partimos da perspectiva de que a cidade funciona como um emaranhado de forças que se compõem e decompõem de maneira incessante, ocorrerão processos de ruptura e de singularização que escapam aos controles e vazam em modos de existência inusitados colocando em movimento novas formas de relação com a cidade.

Neste capítulo, abordaremos a cidade tomando emprestada a figura de um caleidoscópio, um caleidoscópio urbano. Assim como o caleidoscópio, a cidade exhibe variadas configurações, combinações e rearranjos entre os elementos que circulam em seu espaço. Do mesmo modo, as imagens do caleidoscópio urbano se alteram porque a cidade está em constante movimento. Assim, pretende-se neste capítulo delinear uma análise social e política desse espaço urbano móvel, alvo de controle e regulação, a fim de evidenciar, com isso, os efeitos nos processos de subjetivação e nos modos de vida contemporâneos. Se, conforme argumentado no Capítulo 2, o sujeito é compreendido como uma existência processual que se constrói no encontro com o outro, buscaremos compreender agora como a cidade, que abarca multiplicidades de forças, componentes de subjetivação heterogêneos e caos, também participa dessa construção infundável.

3.1 A CONSTRUÇÃO DO CALEIDOSCÓPIO URBANO: IDENTIFICANDO ALGUMAS IMAGENS

A cidade carrega em si uma diversidade de sentidos, funções, e configurações complexas e plurais, como também associações subjetivas singulares, colocando em circulação sensações, afetos e intensidades. Assim, se pensarmos na palavra cidade, ela implica exercícios de convivência, alianças e enfrentamentos os mais diversos que possibilitam sua problematização e análise. Isso impele, inicialmente, a interrogar: o que é cidade? Como a cidade se constitui e nos constitui? Para tanto, vamos nos debruçar sobre

alguns aspectos da construção do caleidoscópio urbano a fim de observar as imagens que se formam e ganham contornos particulares na contemporaneidade.

A construção histórica das cidades passou por várias transformações até chegar ao formato que hoje conhecemos. O ser humano inicia sua jornada sobre a Terra como nômade, vivendo por um longo tempo sem território fixo, vagando em busca de alimento e abrigo na natureza, sem modificá-la de maneira profunda e permanente. Mumford (1998) descreve que, nesse período, locais foram inventados onde alguns grupos se encontravam e a que periodicamente regressavam, espaços reservados para a expressão artística e para o culto místico. Esses santuários eram situados, muitas vezes, em cavernas, transformadas em centros de ritual e arte: eram espaços que atraíam pessoas e onde foram encontrados alguns indícios de vida cívica. O processo de instauração das cidades inicia quando os coletivos humanos passam a constituir locais de convivência, deslocamento e debate. As diferentes maneiras de organizar as cidades modificam não somente os territórios, mas também os modos de vida, os sentidos a eles atribuídos e o contato com a diferença.

O processo de fixação desses grupos em estabelecimentos um pouco mais estáveis na Pré-história começa a dar seus primeiros passos à medida que o ser humano passou a produzir seu próprio alimento, a partir do cultivo de plantas e criação de animais. As habitações foram se aglomerando na formação das primeiras aldeias, em que os grupos se organizavam para proteção, nutrição, reprodução e culto aos deuses (Mumford, 1998).

As aldeias eram fixadas, geralmente, na região ao redor dos seus locais de trabalho e algumas delas se transformaram em cidades com o passar do tempo. O surgimento das primeiras cidades data de cerca de 5.000 anos atrás, nas planícies aluviais do Oriente Próximo (Benevolo, 2003), a partir do momento em que:

os produtores de alimento foram persuadidos ou obrigados a produzir um excedente a fim de manter uma população de especialistas: artesãos, mercadores, guerreiros e

sacerdotes, que residem num estabelecimento mais complexo, a cidade, e daí controlam o campo. Esta organização social requer o invento da escrita; daí começa, de fato, a civilização e a história escrita, em contraposição à pré-história. Doravante, todos os acontecimentos históricos sucessivos dependem da quantidade e da distribuição desse excedente (Benevolo, 2003, p. 10).

Sendo assim, a cidade nasce com a diferenciação social e espacial tanto do território quanto dos modos de vida. Isso ocorre por meio do domínio técnico sobre o campo, do estabelecimento de relações desiguais entre os habitantes e da exploração de algumas formas de vida para garantir a produção de excedentes e sua distribuição desigual. Benevolo (2003), historiador da cidade, compreende-a como um “local de estabelecimento aparelhado, diferenciado e ao mesmo tempo privilegiado, sede da autoridade” (p. 23). A cidade, como expõe o autor, foi se constituindo pelo desenvolvimento das trocas comerciais, do aumento da produção agrícola, do crescimento da população e da concentração de excedentes. A cidade, então, compreendida como um território diferenciado, funciona como centro administrativo, econômico e político, abrangendo tensões e conflitos que envolvem o crescimento demográfico, a produção, a concentração de excedentes e a troca comercial. Para Le Goff (1998), as funções essenciais de uma cidade são: “a troca, a informação, a vida cultural e o poder” (p. 29). Nota-se, assim, que a função da cidade aparece vinculada ao campo social, com suas relações e trocas, monetárias ou não, bem como à produção de informação, ao fomento cultural e às relações de poder que se configuram em seu seio.

Harvey (2012) é outro autor que compreende as cidades a partir da emergência da concentração social e geográfica do produto excedente. Ele evidencia que a urbanização foi impulsionada, a partir da modernidade, pela preocupação com a produção e distribuição desse excedente, estabelecendo uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e o crescimento vertiginoso das cidades ao longo da história. A cidade contemporânea pode ser

compreendida como cidade capitalista. Sobre isso, Lojkine (1981) mostra que a cidade “não é de modo algum um fenômeno autônomo sujeito a leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis de acumulação capitalista” (p. 159), mas se constitui como espaço privilegiado de reprodução do capital e da força de trabalho. E ainda acrescenta que a cidade capitalista abarca dois sentidos:

de um lado, a crescente concentração dos ‘meios de consumo coletivos’ que vão criar pouco a pouco um modo de vida, novas necessidades sociais - chegou-se a falar de uma ‘civilização urbana’ -; de outro, o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução (do capital e da força de trabalho) que se vai tornar, por si mesmo, condição sempre mais determinante do desenvolvimento econômico (Lojkine, 1981, p. 124).

O autor assinala que a cidade contemporânea é constituída por uma gama de infraestruturas, equipamentos, bens e serviços de consumo que, uma vez valorizados socialmente, produz estilos de vida. Tal estilo subordina as necessidades vitais às leis de acumulação capitalista, com vistas ao aumento da produtividade e do capital. As políticas urbanas envolveriam, assim, a reprodução do capital e a reprodução da força de trabalho em seu cerne (Castells, 1979). Com isso, a cidade vai sendo transformada e conformada à promoção de modos de vida pautados pela lógica do capital e do consumo. O consumo é estimulado por meio das campanhas publicitárias midiáticas, que associam a promessa de felicidade à posse de bens materiais e imateriais. Estabelece-se, assim, um padrão comum a todos de felicidade, uma idealização pautada pela imagem de uma realização ilimitada por meio do consumo (Mansano & Lima, 2017). Tal processo (idealização-consumo-produção) se intensifica com a globalização e o funcionamento do capitalismo neoliberal, como expõe Harvey (2012):

Na cidade contemporânea, a política do capitalismo neoliberal se pauta na necessidade perpétua de encontrar terreno lucrativo para a produção e absorção de excedente de

capital Os capitalistas devem, também, descobrir novos meios de produção, em geral, e recursos naturais, em particular, que aumentem a pressão sobre o ambiente natural para revelar matéria prima indispensável e absorver os resíduos inevitáveis. Eles precisam explorar terrenos para extração de matéria prima, objetivo frequente dos empreendimentos imperialistas neocoloniais Se não há suficiente poder de compra no mercado, então novos mercados devem ser encontrados pela expansão do comércio exterior, promoção de novos produtos e estilos de vida, criação de novos instrumentos de crédito e financiamento estatal de dívida e gastos privados (pp. 74-75).

Outro ponto a ser considerado nesse processo de desenvolvimento urbano é que o capitalismo globalizado promoveu o encurtamento das distâncias e do tempo, por meio do avanço tecnológico e dos meios de comunicação, o que propiciou o intercâmbio entre culturas, saberes e modos de vida. Em contrapartida, com a expansão do mercado global, houve impactos nos campos ambiental, social e nos processos de subjetivação. Entre eles, pode-se citar o abuso exploratório e a poluição de recursos naturais, a uniformização e massificação dos modos de vida, a intensificação da desigualdade social e o consumo desenfreado para acompanhar os ditames do capital. Essa relação predatória com a natureza e com a comunidade humana, regulada pelas leis de mercado e pelo consumo, tem conduzido a modos de vida insustentáveis e mudanças ambientais drásticas, o que gera danos à vida de toda biosfera.

Ao promover a exposição dos bens consumidos, a cidade também se torna um espaço do “espetáculo”, expressão utilizada por Débord (1997) para categorizar a sociedade contemporânea. Com essa expressão, Débord (1997) faz uma crítica ao culto da imagem, da encenação e do consumo, que levam ao empobrecimento, sujeição e negação da vida real. Os meios tecnológicos de informação e comunicação, entretanto, não informam os efeitos destrutivos desse espetáculo na vida cotidiana. Eles tendem a expor recortes que ostentam

uma cidade sem contradições, sem profundidade, uma imagem de cidade que não para de inovar, de progredir, com construções monumentais e visíveis (Sánchez, 2016). Isso permite assinalar as “evidentes conexões entre sociedade de consumo e uma nova concepção de cidadania, o cidadão é confundido com consumidor e, por sua vez, a cidade é confundida com o mercado” (Sánchez, 2016, p. 311).

A adesão ao consumo e a conseqüente necessidade de proteger os bens conquistados se desdobra em outra característica a ser explicitada neste caleidoscópio: no processo de urbanização, os espaços coletivos de encontro, as vias e passagens para caminhar pela cidade, passam, cada vez mais, a ser ocupados por grandes empreendimentos comerciais. Valorizados e glamourizados de acordo com os valores do mercado imobiliário, o espaço é dividido em zonas de segmentos específicos, ocupados pela maquinaria de bens e serviços que intervêm na configuração socioespacial urbana. A cidade, que nasceu dos locais de encontro, tem perdido essa característica: a vida está cada vez mais aprisionada em espaços reduzidos, privados e monitorados que tornaram o contato com o outro e com a natureza secundários (Mansano & Lima, 2017). Estes chegam a ser evitados e vigiados, uma vez que o que impera é um funcionamento individualista, competitivo e brutal.

Guattari (1992) compreende a cidade como uma imensa máquina produtora de subjetividades, composta por “equipamentos materiais e imateriais” (p. 172). Assim, a cidade, como cenário privilegiado onde se desenvolve a vida contemporânea, pode colocar em movimento uma gama extensa de possibilidades de formas de existência. Todavia, a existência é constantemente capturada em sua potência criadora, sendo assujeitada em subjetividades padronizadas e massificadas, como descreve Guattari (1992):

Quer tenhamos consciência ou não, o espaço construído nos interpela de diferentes pontos de vista: estilístico, histórico, funcional, afetivo... Os edifícios e construções de todos os tipos são máquinas enunciadoras. Elas produzem uma subjetivação parcial

que se aglomera com outros agenciamentos de subjetivação. ... O alcance dos espaços construídos vai então bem além de suas estruturas visíveis e funcionais. São essencialmente máquinas, máquinas de sentido, de sensação, máquinas abstratas funcionando como o "companheiro" anteriormente evocado, máquinas portadoras de universos incorporais que não são, todavia, universais, mas que podem trabalhar tanto no sentido de um esmagamento uniformizador quanto no de uma re-singularização liberadora da subjetividade individual e coletiva (pp. 157-158).

Nesse caleidoscópio mutante, a cidade afeta os corpos, podendo tanto culminar na conformação em valores naturalizados e ditados pelo capital pela reprodução do que já está em circulação nas instâncias materiais e imateriais quanto promover modos de existência singulares que, ao se expressarem, rompem com o que está instituído. A cidade passa, então, a ser alvo de dispositivos cada vez mais sofisticados de governamentalidade. Por ela, a vida urbana passa a ser controlada, ordenada e vigiada, assim como os territórios existenciais, conformando certas formas de existência reconhecidas e legitimadas, enquanto outras são negadas e eliminadas, como será explicitado adiante.

3.2 GIRANDO O CALEIDOSCÓPIO PARA MELHOR ENXERGAR A CIDADE

O caleidoscópio urbano pode exibir variadas configurações e aspectos da cidade, mudando a cada mínimo movimento transcorrido, mas nem sempre facilmente perceptíveis. Formam-se novas combinações e distintas imagens da cidade por meio do movimento implementado pelas mudanças históricas, sociais, culturais, políticas, econômicas e tecnológicas que ocorrem na urbe. Na seção anterior, identificamos algumas imagens deste caleidoscópio que se materializavam em encontros e desencontros, concentração humana diferenciada, práticas culturais e artísticas, circulação de informação, relações de mercado,

centros administrativo, econômico e político. Assim, a cidade ganha aspectos globais e capitalistas, mas também afetivos e subjetivos.

Este caleidoscópio dinâmico, produtor de subjetividades, provoca efeitos no processo ininterrupto de constituição dos sujeitos e de seus modos de vida, estando, dessa maneira, a gestão da cidade entrelaçada à gestão das formas de vida na urbe. Conforme exposto no capítulo anterior, a subjetividade como produção implica relações plurais entre diferentes sujeitos e modos de vida que, em contato, aliança e enfrentamento, transformam a si e ao outro, provocando mudanças na configuração relacional urbana. Tal movimento chama a atenção daqueles que têm por função governar o espaço urbano. Cabe compreender, então, como a cidade passa a ser alvo de uma governamentalidade, uma gestão, que incide na regulação, controle e vigilância da vida da população.

Foucault (2008) expõe que, entre os séculos XVII a XIX, a cidade se torna objeto dos mecanismos centrais de poder por meio da governamentalidade. Este conceito, elaborado em 1978, é descrito por ele como:

o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (Foucault, 2008, p. 143).

A governamentalidade, como um conjunto de mecanismos de poder voltado para o governo dos homens e das coisas, tem como foco a população, com seus elementos de existência e com seus processos próprios. A população aparece como fim e como instrumento de governo, ela é “consciente, diante do governo, do que ela quer, e também inconsciente do que a fazem fazer” (Foucault, 2008, p. 140). Deste modo, a governamentalidade implica

técnicas de governo para gerenciar, regular e controlar a população, contando para sua viabilização com o saber da economia política.

A economia política, campo que investiga a sociedade civil e os processos econômicos, aparece em Foucault (2008) “não como simples conhecimento de procedimentos para enriquecer o Estado, mas como conhecimento dos processos que ligam as variações de riquezas e as variações de população em três eixos: produção, circulação, consumo” (p. 471). Trata-se de um saber indispensável para exercer o poder, uma vez que a economia política tenta captar a naturalidade específica da existência em comum dos homens, como, por exemplo, a maneira como trabalham, agem e consomem. Assim, há uma análise governamental minuciosa sobre a relação entre os sujeitos, articulando-os com os processos de produção, circulação e consumo, a fim de conhecer as variáveis que condicionam a economia e definir táticas de intervenção.

Para Foucault (2008), outra característica da governamentalidade é que o governo reflete a racionalidade do Estado. Esta razão do Estado busca garantir a integridade e sobrevivência da população. Entretanto, a racionalidade governamental não busca apenas a conservação do Estado, mas, principalmente, o aumento de sua força. Então, o problema volta-se para a conservação dos bens e da força de produção, mecanismo denominado de dispositivo de segurança. Ele serve para garantir “a segurança desses fenômenos naturais que são os processos econômicos ou os processos intrínsecos à população, é isso que vai ser o objetivo fundamental da governamentalidade” (Foucault, 2008, p. 474). O governo, por meio dos dispositivos de segurança, assegura a liberdade dos processos econômicos, reprimindo possíveis desordens e desvios na circulação e no funcionamento da economia.

A governamentalidade designa também uma maneira de governar no sentido de direcionar a conduta dos homens, de forma que a racionalidade do Estado possa intervir no modo de pensar e agir das pessoas. Ela assegura que a opinião “seja modificada e, com a

opinião delas, a maneira delas agirem, seu comportamento como sujeitos econômicos, seu comportamento como sujeitos políticos” (Foucault, 2008, p. 367).

Dessa forma, a governamentalidade como um conjunto de mecanismos de poder que são exercidos para governar e controlar a população de acordo com seus fins e necessidades aloca também as políticas de urbanização nas cidades a seu serviço. O surgimento do urbanismo moderno está intrinsecamente ligado a “transformações históricas na esfera produtiva, social e cultural em direção ao capitalismo, que desembocaram no mercantilismo e na industrialização” (Cidade, 2013, p. 136). O urbanismo, conceito advindo da Arquitetura que passou a ser utilizado desde o final do século XIX, surge como dispositivo para o controle e regulação do desenvolvimento urbano, principalmente após o crescimento vertiginoso das cidades conquistado na Revolução Industrial. Em várias cidades, “a ação governamental e os projetos urbanísticos, que haviam sido inicialmente de cunho higienista, encarregaram-se de sanear e restaurar áreas consideradas degradadas” (Cidade, 2013, p. 137). Ao mesmo tempo, como havia a preocupação de “assegurar o controle sobre conflitos urbanos indesejados, uma das ações governamentais foi remover populações sem lugar nas novas propostas” (Cidade, 2013, p. 137). Este urbanismo sanitário e técnico foi isolando e segregando os corpos considerados indesejados, removendo-os para áreas periféricas, por meio da separação social e espacial.

O urbanismo racionalista moderno, conforme comenta Guiducci (1980), desenhou todas as cidades com linhas retas e quadrados sem reconhecer outros alinhamentos, como um tabuleiro de edifícios em série que visava atingir custos mínimos e eficiência máxima. Em contrapartida, havia um urbanismo com preocupação apenas estética, desconectado das demandas sociais de aprimorar a qualidade de vida urbana. Portanto, o campo urbanístico vai, aos poucos, agregando conhecimentos de diferentes áreas. O autor defende que “a construção das cidades não possa mais ser obra de poucos ‘artistas’, mas o fruto do trabalho de equipes

organizadas de economistas, sociólogos, técnicos, psicólogos sociais e, sobretudo, da participação e colaboração da sociedade política e civil envolvida no processo” (Guiducci, 1980, p. 39). Participação necessária para discutir para quem e com que finalidade são elaborados os planejamentos urbanos.

Assim, o que ocorre com o planejamento urbano, segundo Castells (1979) é que ele pode ser definido, em geral, “como a intervenção do sistema político sobre o sistema econômico, a nível de um conjunto socioespacial específico, intervenção encaminhada para regular o processo de produção da força de trabalho e o da reprodução dos meios de produção” (p. 223). Com isso, o controle é exercido pelas instituições administrativas e políticas por meio das interferências urbanas com finalidade econômica de ordenamento e regulação social, no sentido de aumentar a produção, a circulação dirigida de pessoas e mercadorias, bem como o consumo. Os projetos e planejamentos urbanos, na modernidade, em larga medida:

deram baixa prioridade ao espaço público, as áreas de pedestres e ao papel do espaço urbano como local das tendências arquitetônicas afins, mudaram seu foco saindo das inter-relações e espaços comuns da cidade para os edifícios individuais, os quais, durante o processo, tornaram-se cada vez mais isolados, autossuficientes e indiferentes (Gehl, 2015, p. 3).

No Brasil, a especulação imobiliária e a concessão de espaços públicos para a iniciativa privada promoveram a remoção de pessoas em condição socioeconômica mais precária para territórios cada vez mais distantes e periféricos. Isso, por vezes, ocorreu de forma violenta (Rolnik, 2015). O processo de ocupação dos espaços, como uma saída para a falta de moradia e de lugar, implica deslocamento para áreas sem infraestrutura urbana, acesso a saneamento básico e a serviços. Distante do centro e sem acesso ao meio de transporte público, impossibilita-se a mobilidade urbana e a inclusão social nas cidades. Isolam-se os

consumidores desqualificados, que ora são esquecidos e ignorados, ou mantidos à distância e sob controle, como se fossem inimigos da sociedade de consumo. Sobre isso, relata Haesbaert (2014):

nesse mundo de crescente fluidez e de territórios múltiplos, ... justamente num mundo em que a mobilidade tem esse peso, transformando-se num grande diferenciador social, é que se torna fundamental, pelo menos para alguns grupos, a preocupação com o controle dessa mobilidade exacerbada (p. 4).

Nos processos de urbanização, marcados pela exclusão de alguns grupos sociais, não existe espaço para certas formas de vida. A artimanha nos processos de exclusão, segundo Sawaia (2017), envolve exatamente a ideia da inclusão na exclusão. Para a autora, como boa parte das pessoas parece estar incluída, de alguma forma, nas atividades econômicas, fica velada a maneira como se dá essa inclusão, em que a maioria é inserida por meio de condições mínimas. Instalam-se a insuficiência e as privações, mantendo a ordem social desigual, à custa de sofrimento e de injustiça social.

Pode-se dizer que as cidades brasileiras estão fragmentadas pelo processo de segregação socioespacial, cada vez mais extremo e explícito (Goes & Sposito, 2014), sustentado por uma percepção crescente da insegurança: nem todos os lugares podem ser ocupados por todos. “As reações dos cidadãos à insegurança se desdobram em práticas individuais, privatizantes e adeptas de mecanismos de controle exacerbados, caracterizadas pela desconfiança em relação aos outros” (p. 3). Espaços públicos como praças, parques e mesmo ruas, que outrora eram potencialmente propícios para encontros ao acaso, convivência e interação, não deixaram de existir, mas perderam sua força de conexão, desqualificado pelo clima de insegurança, de medo e pela sensação compartilhada de que o encontro pode ser algo perigoso.

As desigualdades sociais são dissimuladas de forma naturalizada nas cidades brasileiras (Souza, 2009), sendo elas não só econômicas, mas também culturais. Sobre isso, Souza (2009) escreve:

As raízes familiares da reprodução do privilégio de classe e o abandono social e político secular de classes sociais inteiras, cotidianamente exercido pela sociedade inteira, são tornados invisíveis para propiciar a ‘boa consciência do privilégio’, seja econômico (das classes altas), seja cultural (das classes médias), e torná-lo legítimo (p. 19).

Nesse sentido, o caleidoscópio urbano materializa formas instituídas que tendem a se repetir, como se houvesse partes trincadas no seu tubo de vidro que emitissem sempre o mesmo efeito visual, impedindo novas combinações e desenhos de serem compostos. Na cidade, algumas formas de vida são legitimadas e reconhecidas, enquanto outras são invisíveis ou se tornam alvos de eliminação, como veremos a seguir.

Sassen, em entrevista concedida a Jorge Felix (2016), afirma que nossas cidades globais, em vez de darem espaço para a diversidade de culturas e incluir pessoas, estão, ao contrário, expulsando-as. Tal processo ocorre de maneira brutal, sendo protagonizado em larga medida por grandes corporações no mercado imobiliário. As expulsões populacionais se desdobram na exploração predatória da terra, da água e da vida, comprometendo severamente a biosfera.

No caleidoscópio urbano que possibilita dar visibilidade também à população que está distante de uma governamentalidade, encontram-se formas de vida desinteressadas ou mesmo incapazes de se conectar a esse conjunto de valores econômicos predadores que circulam nas cidades. Na cidade regida pelo capital e pela concorrência, qual espaço e destino é reservado aos encontros com outros corpos e com o que difere da subjetividade dominante?

3.3 O CALEIDOSCÓPIO URBANO DESENHA IMAGENS DEGRADANTES: A CIDADE INSUSTENTÁVEL

A cidade contemporânea disponibiliza cada vez menos espaço para os encontros fortuitos e desvinculados dos sistemas de produção. O território urbano é recortado e ocupado de forma desigual, com fronteiras invisíveis entre os grupos distintos, obstruindo a circulação e o encontro. “A própria cidade, que parecia oferecer o máximo de comunicação e de mobilidade, se despedaça em partes, bairros, guetos, criando barreiras sociais e psicológicas” (Guiducci, 1975, p. 56).

Diante de tal configuração, parte da população brasileira vive em luta pela sobrevivência diária, não só por sua condição econômica, mas também pela exclusão operada nas esferas cultural, social, política e espacial. “Mesmo as assim chamadas cidades ‘globais’ do capitalismo avançado são divididas entre as elites financeiras e as grandes faixas de trabalhadores mal-remunerados dos serviços mesclados aos marginalizados e desempregados” (Harvey, 2009, p.16). No Brasil, essa divisão é intensificada: a disparidade de renda per capita é tão alta, a ponto de 10% da população concentrar 43,3% da massa de rendimentos de todo o país, segundo levantamento do IBGE (2017). Os baixos salários dos trabalhadores, parte expressiva da população, por vezes, garantem apenas a subsistência e o acesso a algum tipo de moradia, mesmo que precária, o que enseja a formação de uma nova categoria de escravos na contemporaneidade.

Nas cidades, além de não haver espaço suficiente para o contingente demográfico elevado, não há emprego suficiente para acolher a população. Tal situação estende-se também para a vida no campo. No Brasil, o desemprego é estrutural, uma vez que, com o avanço tecnológico, não é possível absorver o grande contingente de desempregados no mercado de trabalho formal. Os postos de trabalho foram substituídos por máquinas de alta tecnologia, tornando os trabalhadores desnecessários ao capital (Mbembe, 2016). Aqueles que não podem

consumir e não participam do processo de produção, podem se tornar vidas desnecessárias e, no limite, indesejadas. Bauman (2008) assinala a gradativa e sutil transformação das pessoas em mercadorias: “os produtos que são encorajados a colocar no mercado, promover e vender são elas mesmas” (p. 13). O autor acrescenta que as pessoas são valorizadas de acordo com o seu potencial de produção ou consumo, podendo se tornar obsoletas e descartáveis conforme são lançadas as novidades de mercado.

Tais vidas estão sujeitas a avaliações pejorativas por membros da sociedade, que, pautados pela meritocracia liberal, atribuem o desenvolvimento profissional unicamente ao mérito pessoal, fato que encobre a realidade desigual e as diferenças quanto ao acesso a recursos e oportunidades entre os grupos sociais. Sem o reconhecimento social, como se fossem culpados por não se esforçarem o suficiente e, por isso, são ditos fracassados, incorporam uma percepção de si associada à desqualificação e à inadequação. Diz Safatle (2018, p. 16): “Na vida social, ser reconhecido é existir, o que não é reconhecido não existe”, enunciado este que gera um efeito mortífero sobre algumas vidas. O caleidoscópio vai deixando entrever imagens degradantes de um urbano excludente e preconceituoso.

Enquanto isso, no outro extremo, os incluídos na sociedade de consumo, aqueles pertencentes à classe média e alta no Brasil, acabam, em larga medida, sendo dirigidos para espaços privados e vigiados, movidos pelo medo, insegurança e dificuldade de contato com a diferença e o caos, emanados pelo encontro com o outro. Para Caldeira (2007), tais espaços formam enclaves fortificados que fragmentam ainda mais as cidades. Os enclaves fortificados são:

espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a

tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os "marginais" e os sem-teto (Caldeira, 2007, p. 155).

Nos enclaves fortificados, a convivência social ocorre apenas entre supostamente iguais, não havendo a necessidade de deslocar-se para outros pontos da cidade, uma vez que, e cada vez mais, boa parte dos serviços e funções necessárias se encontra no interior do condomínio fechado. Isso reduz as possibilidades de encontro com o outro e com a diferença. São espaços isolados por muros altos e policiamento privado que tratam “a separação, o isolamento e a segurança como questões de status” (Caldeira, 2007, p. 159), marcando, desse modo, uma distinção social dos demais. Nessa perspectiva, o encontro com o outro inspira desconfiança, medo, estranhamento, o que impele, cada vez mais, para uma prática que evita o encontro e o contato com o outro. Pode-se também dizer que a relação com o outro é controlada e guarda uma pretensão de pureza na qual só é possível vivenciar e manter a si mesmo, distante do contato com a diferença e com as possibilidades de mistura.

Adotando um discurso de segurança e controle, parte da população avalia o outro como inimigo. Os supostos inimigos são vistos como aqueles que ameaçam a sociedade do consumo, uma vez que evidenciam a diferença de valores, classe socioeconômica, sexualidade, enfim, evidenciam que há diferenças nas formas de sentir e existir. Como tal, esses inimigos eleitos passam a ser alvos de eliminação física ou simbólica, constituindo-se como alvo de uma necropolítica, entendida como “as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte” (Mbembe, 2016, p. 146). Para o autor, a noção de necropolítica serve para:

explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas

populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos” (Mbembe, 2016, p. 146).

A necropolítica já conta com tecnologias de destruição em massa, utilizadas contra os indivíduos que “sobram” nesse cálculo mercadológico da organização urbana capitalista. Um contingente significativo da população que não é mais rentável, sendo dispensável como força de trabalho, é expulso para o mercado informal e precário, para as periferias da cidade, para as prisões ou simplesmente são aniquiladas por meio das forças policiais, oficiais ou não (Hilário, 2016). Os que não se inserem na cultura do consumo, além de serem excluídos e de não poderem exercer seus direitos básicos de cidadãos, também perdem seu direito à própria vida. O corpo fica capturado e distante de sua potência de vida, como um morto-vivo.

Pelbart (2018) expõe que a necropolítica, esta política de morte, que remonta à colônia, extrapola a dimensão racial, como se esboça em Mbembe. Ele afirma:

a negritude, por exemplo, não é apenas uma condição subalterna reservada aos negros, já que é o lote de sofrimento que pouco a pouco se estende para além dos negros. É o devir-negro do mundo, que abarca desempregados, descartáveis, favelados, imigrantes, mas em contextos agudos, podemos acrescentar: mulheres, gays, trans, drogaditos, esquizofrênicos, etc. Que a política seja declinada como necropolítica, como política de extermínio, diz algo da sobrevivência da matriz colonial no contexto contemporâneo (Pelbart, 2018, pp. 15-16).

Uma matriz histórica de exclusão, exploração e morte se reatualiza no contemporâneo com nova face: o extermínio se estende para formas de vida que desviam da cultura do consumo, dos padrões normalizados de renda, gênero e sexualidade, para ficar em apenas alguns exemplos. As diferenciações das formas de vida tendem a ser sufocadas, inibidas, subjugadas ou mortas. “Na verdade, o conflito que vemos é sobre formas de vida. Para alguns,

uma forma de vida baseada na igualdade radical, na visibilidade integral das singularidades e da plasticidade das formas sociais é um insulto” (Safatle, 2018, pp. 10-11).

A necropolítica no Brasil, portanto, se manifesta em duas configurações: uma para aqueles que participam da cultura do consumo e outra para os que não participam. Aqueles que não participam da cultura do consumo acabam sendo segregados e isolados em espaços distantes, sem infraestrutura mínima, muitas vezes, sem saneamento de esgoto e água tratada, com serviços de saúde e educação precários, seja pela falta de profissionais, de recursos ou por omissão do Estado. Eles tornam-se alvo recorrente de violência ou extermínio, dadas as condições escassas de manutenção e expansão da vida. Também aqueles que participam da cultura de consumo, uma vez que possuem o aparato financeiro para isso, não estão isentos da violência gerada por essa maneira de organizar a sociedade. Nesse caso, a existência também pode estar aprisionada em estratégias de segurança diante da divulgação sistemática dos índices de violência e risco urbanos.

No Atlas da Violência (2019) produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), consta que o índice de mortalidade no Brasil é igual a 31,6 mortes para cada 100 mil habitantes, “trata-se do maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país” (p. 5). Em relação à morte prematura de jovens entre 15 e 19 anos, os homicídios respondem por 54,5% da causa de óbitos entre os homens. Neste Atlas, constata-se uma disparidade entre as mortes violentas por raça/cor, sendo a população negra a mais atingida proporcionalmente, tanto do gênero masculino como feminino. Mesmo que uma guerra civil não esteja formalizada e reconhecida nos centros urbanos de nosso país, a morte exhibe sua forte presença, sendo inegáveis os traços de uma necropolítica em curso.

Do outro lado, os que são capturados pelo capital, estão enredados por uma busca constante por aprimoramento e acúmulo, reféns da lógica do empreendedorismo pessoal e

absortos em uma competitividade brutal, já naturalizada. Não há tempo ou disponibilidade para os encontros ao acaso ou para experimentações livres. O que transcorre é uma espécie de controle severo sobre a existência, no sentido de uma uniformização e padronização dos modos de vida que, uma vez definidos e disseminados, precisam ser amplamente protegidos dos perigos externos. Como explicita Rolnik (2016), isso se dá a partir da captura do desejo exercida por:

uma nova estratégia de poder do capitalismo globalitário, em sua versão financeirizada. Uma tomada de poder do Estado que não se vale da força militar, mas sim da força do desejo, a fim de torná-la reativa. Isto se faz por meio de uma tripla operação: midiática, judiciária e policial. Tem-se aqui uma estratégia micropolítica, muito mais sutil e invisível do que a tradicional estratégia macropolítica, o que faz com que seja muito mais difícil decifrá-la e combatê-la (n.p.).

Nos dois casos, dos incluídos e dos excluídos no consumo, a vida fica limitada em sua possibilidade de diferenciação, os fluxos de desejo engendrados são constantemente barrados tanto pela exploração quanto pela usurpação da vida. É nesse sentido que um processo de impotencialização da vida beira à morte, uma formação de mortos-vivos, sob servidão voluntária do capital, conduzidos por uma política de morte e de indiferença. Os corpos estão anestesiados e dessensibilizados, evitam o encontro com o outro e o contato com os afetos que podem ser disparados. Safatle (2018) afirma que estamos diante de um impasse político. Para ele:

Toda a política é uma questão de circuito de afetos e de estruturas de visibilidades. Trata-se de definir o que pode nos afetar, com qual intensidade, através de qual velocidade. Para tanto, há de se gerir a gramática do visível. ... Todo reconhecimento é implicativo. Ele exige que aquele que reconhece mude também, pois habitará um

mundo agora com corpos que antes não o afetavam, e isto é o que aparece para alguns como insuportável (pp. 15-16).

Entretanto, como pudemos acompanhar no decorrer deste capítulo, o caleidoscópio mostra também que a cidade abarca a multiplicidade e o caos. Cabe, então, problematizar os modos de existir como construções mutantes e provisórias. Isso abre possibilidades para reinventá-los, para resistir ao cenário dominante de individualismo e medo. No próximo capítulo, abordaremos como a sustentabilidade afetiva abre-se para a invenção de resistências.

4 SUSTENTABILIDADE AFETIVA: DA (IN)EXISTÊNCIA À RESISTÊNCIA

Neste capítulo, discorreremos sobre como os afetos abarcam e extrapolam a existência do sujeito, cooperando para a inauguração de modos de vida emergentes na cidade ao transladarem da (in)existência à resistência. Trataremos, inicialmente, de interrogar qual o valor do afeto e dos encontros no contemporâneo, como os afetos são ou deixam de ser experimentados em sua multiplicidade no espaço urbano e quais maneiras podem diminuir ou aumentar a potência de contato e ação de seus agentes sociais.

Isso leva a problematizar como o empobrecimento das experimentações do sujeito com o mundo no cotidiano, pelo apego aos valores instituídos e aos modos de vida mediados pelo capital, caminha para uma espécie de (in)existência. Chamamos aqui de (in)existência as vidas robotizadas, que reproduzem subjetividades dominantes, temendo o contato com o outro e com a diferença, atravancando a expansão da vida e sua diferenciação.

Em seguida, partimos da perspectiva de que há, também, no campo social, a produção de diferentes composições de forças que se abrem para formas de existência alternativas e criadoras, capazes de resistir à tendência à homogeneização da vida e ao aprisionamento do desejo à medida que inventam o urbano, dando espaço de expressão aos afetos e reconhecendo nos encontros cotidianos um caminho para novas produções de si, do outro e da cidade.

Diante do exposto, questionamos: como passar da (in)existência para a resistência no espaço urbano? O que leva a uma análise sobre: “quais modos de vida precisam ser abandonados e quais outros pedem passagem em nossos dias? Qual a potência que temos para produzir outros modos de existir e colocá-los em circulação no social?” (Mansano, 2009, p.114). Para isso, imprimiremos uma aproximação entre o conceito de resistência e o de sustentabilidade afetiva, uma vez que as experimentações afetivas podem se configurar como resistências que aumentam a potência dos sujeitos por meio dos encontros, como destacaremos adiante.

4.1 A POTÊNCIA DOS AFETOS

A velocidade e a produtividade se tornaram demandas permanentes que recaem sobre a vida da população urbana na contemporaneidade. Essas demandas são claramente expressas no jargão popular “tempo é dinheiro” e aludem à captura do desejo colocado a serviço da economia do lucro. Com isso, os valores econômicos se sobrepõem aos demais, deixando implícito que não há tempo a dispor para os encontros, os afetos e as vivências cotidianas na urbe. Guattari (1993) cita que “é desde o berço que modelam um certo tipo de indivíduo produtor-consumidor” (p.188), impondo um certo modelo de investimento do desejo a ser incorporado por todos. Este indivíduo investe desajeitadamente não só seu tempo produtivo, mas é instado a conter e inibir o contato com os outros corpos que não lhes tragam algum tipo

de vantagem. O contato com a natureza, por exemplo, tende a ser reconhecido apenas em seu potencial econômico de consumo ou como recurso de exploração inesgotável.

O acirramento da competitividade é estimulado à medida que o reconhecimento e a valorização sociais estão associados a quem consegue produzir mais, cumprir os prazos, bater as metas, acumular mais capital, estar ininterruptamente conectado a redes de relacionamento e consumir cada vez mais. Formata-se, assim, um cotidiano relacional urbano no qual é preciso ser veloz, ágil, flexível e estar sempre disposto, disponível e alerta. Não há tempo, por exemplo, para distrações. É preciso ter foco, empreender e inovar, tanto na vida laboral quanto pessoal. Tais valores, muitas vezes disseminados pelos próprios profissionais do campo da Psicologia, evidenciam uma convergência para formas de existir padronizadas: vidas robotizadas que, além de sofrerem a captura do tempo e do desejo pelo capital, vivenciam uma espécie de anulação dos corpos e dos afetos. Assim, sob o domínio dos modos de existência hegemônicos e uniformes, Rolnik (2018) salienta que: “perde-se o acesso à imprescindível experiência de habitar a trama relacional tecida entre distintos modos de vida e, sobretudo, de sustentar os possíveis efeitos transformadores que disto decorreriam, tornando caduca a cartografia dominante” (p. 120).

Nessa velocidade acelerada imposta pela produção, a cidade acaba sendo palco não mais para os encontros no espaço compartilhado, mas um lugar de passagens rápidas, com a circulação acelerada de pessoas e mercadorias. Daí a importância atribuída à construção de vias expressas, grandes avenidas e ruas, que aumentam a velocidade dos fluxos. O caminhar de maneira despreocupada e distraída pela cidade vai sendo gradativamente substituído pelas céleres travessias em máquinas de alta tecnologia. “A logística da velocidade, porém, aliena o corpo dos espaços através dos quais ele se desloca” (Sennett, 2003, p. 295). O corpo fica, cada vez mais, dessensibilizado com a velocidade dos encontros ou a fuga deles. Estando o corpo sob controle e submisso à lógica do capital, ele vai perdendo a possibilidade de tecer uma

relação mais intensiva e afetiva com o espaço, com a natureza, consigo mesmo e com os outros.

A noção de afeto aqui utilizada tem como base os estudos de Deleuze sobre Espinosa (2009). Espinosa entende como afeto “as afecções do corpo, pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou entravada” (Espinosa, 1979, p. 178). O afeto, deste modo, refere-se a esta variação da potência de agir gerada nos encontros, a partir do contato com outros corpos. A cada encontro, advém uma afecção no corpo, que é “um efeito, ou a ação que um corpo produz sobre um outro” (Deleuze, 2009, p. 30). Esse efeito tem como condição de possibilidade a mistura de corpos, que pode tanto favorecer o aumento da sua capacidade de agir como pode diminuí-la.

Deleuze (2009), em seus cursos sobre Espinosa (1978), explica o afeto pela variação contínua da potência de agir, descrevendo a existência como uma “linha melódica de variação contínua, constituída pelo afeto” (p. 27). O corpo sofre afecções na sua relação com o mundo, no encontro com o outro. Nessa variação contínua se fazem presentes dois afetos fundamentais: a alegria e a tristeza. Ser nosso corpo afetado de alegria nos bons encontros indica que aquele “corpo compõe diretamente a sua relação com o nosso, e, com toda ou com uma parte de sua potência, aumenta a nossa” (Deleuze, 2002, p. 28). Já quando há o mau encontro, o afeto é de tristeza, o outro corpo nos afeta, mas sob uma relação que decompõe a nossa, diminuindo nossa potência de agir e nos separando dessa potência (Deleuze, 2009), ficando esse corpo afastado do que pode, diminuindo sua capacidade de afetar e ser afetado. As nuances entre alegria e tristeza são múltiplas e variáveis.

Mansano (2018) considera que afetar implica uma potência para estar na presença viva do outro, acolhendo a diferença que ambos encarnam. São sensações e percepções vividas para além dos órgãos dos sentidos e que envolvem uma dimensão intensiva da experiência. Para ter acesso a essa experimentação, os encontros são imprescindíveis. Rolnik (2018),

todavia, adverte que as turbulências geradas pelo encontro com o outro podem ser percebidas como perigo de destruição, uma vez que abalam a suposta estrutura do eu e de seus contornos, quando delimitados, rigidamente, pela fronteira da identidade. Como efeito, “as subjetividades são tomadas pela sensação de ameaça de fracasso, despersonalização, enlouquecimento ou até de morte” (Rolnik, 1997, p. 2). Esta ilusão identitária promove uma impotencialização da vida, pois, para se proteger do risco, “breca-se o processo, anestesiando a vibratilidade do corpo ao mundo e, portanto, seus afetos. Um mercado variado de drogas sustenta e produz esta demanda de ilusão, promovendo uma espécie de toxicomania generalizada” (Rolnik, 1997, p. 2). O corpo fica anestesiado para se proteger. Na tentativa de permanecer insensível à mistura, silencia o afeto, impede a diferenciação da vida e a produção de novas subjetividades. Em certo sentido, a diversidade de afetos experimentados nos múltiplos encontros na cidade tende a ser evitada ou adiada nos dias atuais (Mansano, 2017), desqualificando e enfraquecendo a existência compartilhada no espaço urbano.

Desse modo, Rolnik (2018) alerta para o fato de que o nosso corpo tem estado em larga medida anestesiado e defendido no tempo presente, pois se assusta com as diferenças que emergem ocasionalmente no encontro. Diferenças estas que desestabilizam os territórios subjetivos, escapando ao controle. Assustados com os efeitos aí gerados, há uma tentativa de bloqueio dos afetos e anulação das sensações do corpo, empreendendo uma busca pela conservação da forma de existência já estabelecida a qualquer custo. Sobre esse ponto, Rolnik (2018) assinala:

quanto maior a desestabilização, mais veementemente a subjetividade acastela-se no instituído e o defende com unhas e dentes, podendo chegar a altos níveis de violência para garantir sua permanência – inclusive a eliminação concreta de qualquer outro que não seja seu espelho e cuja existência tenha por efeito abalar a fé na absoluta universalidade de seu mundo (p. 114)

E como isso ocorre? Mansano (2017) mostra que o corpo tende a ficar exaurido pelos encontros prescritos e agendados do cotidiano, bem como pela exploração dos afetos nas relações de trabalho, que cada vez mais se apropriam do tempo de descanso do trabalhador. O trabalho afetivo continuado e formatado, que não possibilita a vivência e a expressão dos afetos díspares, acaba se inscrevendo “no ideal de felicidade, satisfação e equilíbrio disseminado pelo mercado” (p. 2). Nesse cenário, o acesso à disparidade de afetos é interdito “sob a pena de perder clientes, postos de trabalho ou negociações financeiras” (p. 2). Gradualmente, o sujeito é despotencializado pelos afetos tristes que se fazem cada vez mais presentes no cotidiano das cidades. Atento a isso, Deleuze adverte que “inspirar as paixões tristes é necessário ao exercício do poder” (Deleuze, 2009, p. 28). Safatle (2015), nessa mesma direção, expõe que a política é um problema de circuito dos afetos, colocando em circulação afetos, como, por exemplo, o medo e o ódio, que são articulados nas formas de governar. Isso coloca a organização da cidade como um problema ético e político. Assim sendo, suscitar afetos tristes torna os corpos impotentes e mais facilmente governáveis, dado que sua potência de ação fica minorada ou imobilizada. Deleuze esclarece que as paixões tristes nos separam da vida e, nesse sentido, retornando a Espinosa, ele “denuncia todas as falsificações da vida, todos os valores em nome dos quais nós depreciamos a vida: nós não vivemos, mantemos apenas uma aparência de vida, pensamos apenas em evitar a morte e toda a nossa vida é um culto a morte” (Deleuze, 2002, p. 32).

O destrato com a vida está cada vez mais naturalizado no espaço urbano, ancorado em uma cultura individualista e de consumo, que acomete de forma nefasta o campo social, ambiental e subjetivo. Seus efeitos concorrem para agravar o perigo de extinção da vida humana. A questão que se abre, então, é: como despertar o corpo para a experiência potencializadora do afeto nos encontros que acontecem ao acaso no espaço urbano? Como gerar modos de vida que escapem, mesmo que parcialmente, ao controle e à sujeição do

desejo? Como potencializar a vida ao invés de destruí-la? É o que buscaremos responder parcialmente, recorrendo ao conceito de resistência.

4.2 VIDA URBANA E RESISTÊNCIA: UMA APROXIMAÇÃO

Pensar em uma sustentabilidade afetiva no espaço urbano implica acolher os encontros e sua potência de expansão. Ocorre que, diante do cenário contemporâneo e das exigências de produtividade, pouco espaço, tempo e desejo são dedicados ao corpo e aos afetos. É nesse sentido que o conceito de resistência comparece neste capítulo. Compreende-se a resistência como um conjunto de práticas que circulam por toda a rede de poder, possibilitando inaugurar novas correlações de força no campo social e a criação de formas alternativas de existência e sociabilidade.

A resistência é abordada por Foucault (1988) como “o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível” (p. 91). Assim, não há poder que se exerça sozinho, sem interação. O autor descreve que “lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (1988, p. 90). Para tanto, a resistência se apresenta tão móvel e transitória quanto ele, percorrendo todo o campo social. Como afirma Foucault (1988), “estamos necessariamente ‘no’ poder” (p. 91), não há como ficar fora de seus dispositivos, somos atravessados por eles. E complementa: “O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão” (Foucault, 1979, p. 183).

Tanto o poder quanto a resistência circulam nas relações sociais e são engendrados pelos sujeitos. Ao ser configurada uma relação de poder, há correlações de forças que implicam também as práticas de resistências. A resistência “não é anterior ao poder que ela

enfrenta. Ela é coextensiva a ele e é absolutamente contemporânea” (Foucault, 1979, p. 136), atualizando-se a cada nova relação e revelando-se como possibilidade para alterar os valores e práticas instituídos no espaço urbano. Se não houvesse resistência aos dispositivos de poder, estaríamos fadados a um imobilismo relutante na história, o que chamamos no início deste capítulo de uma (in)existência, acuada e com poucas chances de escapatória. Pode-se acrescentar que essa situação é improvável, uma vez que significaria desconhecer e refutar o movimento e transformação inerentes à própria vida.

Foucault (1979) ressalta ainda que, sob este aspecto, “jamais somos aprisionados pelo poder” (p. 136). Podemos modificar essa relação a todo o momento, “pois, se é verdade que no centro das relações de poder e como condição permanente para sua existência, há uma ‘insubmissão’ e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual” (Foucault, 1995, p. 248). A resistência apresenta-se, dessa maneira, como uma recusa ao controle do corpo, à submissão do desejo e ao apaziguamento dos afetos, expressando-se em diferentes graus no cotidiano das cidades. Deleuze (1992) esclarece que “é ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle” (p. 218). O que não significa que a resistência emerge como efeito de uma vontade autoconsciente de um indivíduo ou grupo, mas como parte da relação complexa com o poder, que pressupõe um jogo de forças mutável: que se inverte, se desloca, escapa e lança novas configurações. Isso precipita, por meio das forças em relação e em movimento, a invenção de novas subjetividades e formas de existência que escapam ao controle. Conforme afirma Deleuze (1992):

trata-se de inventar modos de existência, segundo regras facultativas, capazes de resistir ao poder bem como se furtar ao saber, mesmo se o saber tenta penetrá-los e o poder tenta apropriar-se deles. Mas os modos de existência ou possibilidades de vida não cessam de se recriar, e surgem novos (p. 116).

Dando seguimento a esta vertente, Hardt e Negri (2016) convidam a pensar a resistência não apenas como uma força de reação ao poder a que se opõe, o que a colocaria como dependente e subordinada ao poder, mas a definem como uma: “produção alternativa de subjetividade, que não só resiste ao poder como busca autonomia dele” (p. 73). Com isso, os autores afirmam a “vida como resistência, um outro poder de vida que luta por uma existência alternativa” (p. 74). Nesse sentido, a resistência não é apenas a recusa da normatização e da homogeneização da vida, mas implica construção de práticas no espaço urbano que se desdobram na criação e expressão de formas emergentes de vida. O que pode ensejar uma maior abertura ao corpo e aos afetos, ampliando a potência expansiva da vida por meio de uma sustentabilidade afetiva.

A sustentabilidade afetiva corresponde à “capacidade humana para acolher e sustentar os afetos díspares, esforçando-se para criar situações favoráveis de encontros afetivos que potencializem a si e ao outro” (Mansano, 2018, p. 18). As experimentações urbanas podem se configurar como resistências que aumentam a força de existir dos sujeitos, ao tecer relações de composição com o mundo. A sustentabilidade afetiva implica, assim:

acordar o corpo em sua dimensão intensiva para torná-lo vulnerável às afetações, acessando novas sensações, percepções, afetos e saberes. Ela implica criar vacúolos de não comunicação, não produção e não consumo, arriscando-se no impensável e no incontrolável (Mansano, 2017, p. 3).

Como aliada da resistência, a sustentabilidade afetiva coloca em cena uma prática política e ética, ao dar passagem aos afetos que favorecem a potência de agir no espaço urbano. Ainda que a população siga conectada às instituições disciplinares e de controle, não se produzem apenas subjetividades disciplinadas e submetidas no campo social. A resistência, compreendida enquanto uma prática viva, irrompe como algo que, por vezes, escapa ao poder, foge dos aparatos de controle e ganha expressão, restituindo o fluxo e potência da vida, que

outrora podem ter sido barrados. Quando mencionamos a possibilidade de escapar ao poder, reconhecemos que ela acontece nas relações cotidianas em que há enfrentamentos e mesmo recusa de assumir formas de vida formatadas na obediência e no controle. Assim, é somente a partir da composição inédita das forças que circulam nos espaços urbanos que se inventam novas subjetividades e novos modos de se conectar com a vida. A respeito desse ponto, podemos entender com Foucault (2003) que:

há sempre, com certeza, alguma coisa no corpo social, nas classes, nos grupos, nos próprios indivíduos que escapa, de uma certa maneira, às relações de poder: alguma coisa que não é a matéria prima mais ou menos dócil ou recalcitrante, mas que é o movimento centrífugo, a energia inversa, a escapada (p. 244).

O autor salienta ainda que “para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele” (Foucault, 2003, p. 136). Com essa mobilidade viva, ela pode produzir efeitos significativos no campo relacional urbano. Assim, a resistência abarca práticas plurais e singulares, espalhadas por todo o campo social. Foucault assinala que a resistência não tem um ponto central, não está circunscrita a um grupo ou classe, assim como não se traduz somente na forma de grandes levantes, rebeliões ou revoluções. Ao contrário, o que há são múltiplos pontos de resistência, como focos transitórios e móveis que suscitam, em diferentes graus, deslocamentos, rupturas e reagrupamentos na sociedade e no indivíduo (Foucault, 1988). A resistência é uma força que reveste de movimento e criação as existências. É como a vida, um fluxo que não tolera ser barrado, pois escapa por todos os lados, não cessa de se recompor e de encontrar atalhos, é incontrollável. Daí a aproximação da resistência com a sustentabilidade afetiva: ambas podem se configurar como aliadas da vida ao produzirem no cotidiano um aumento de sua força de existir.

Ainda com Foucault, é possível considerar que as resistências “são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício” (Foucault, 1988, p. 90) e imprimem diferentes correlações de força com o poder, produzindo novas subjetividades e afetos que circulam e podem ganhar ressonâncias coletivas no cotidiano das cidades. Isso abre espaço para irromper formas de existência alternativas e criadoras, as quais inauguram uma nova relação com a vida, com os outros e com a natureza, incorporando o saber do corpo e dos afetos como fundamentais na trama existencial urbana. “Resistir é, neste aspecto, o oposto de reagir. Quando reagimos damos a resposta àquilo que o poder quer de nós; mas quando resistimos criamos possibilidades de existência a partir de composições de forças inéditas. Resistir é, neste aspecto, sinônimo de criar” (Auterives, 2014, p. 2). As múltiplas possibilidades de compor as forças emergentes nos encontros possibilitam forjar modos de vidas inusitados à medida que experimentam e reinventam o urbano, dando espaço de expressão aos afetos e reconhecendo nos encontros cotidianos um caminho para novas produções de si e da cidade. A sustentabilidade afetiva colabora, deste modo, para compreender que é possível resistir às formas de sujeição.

As práticas sustentáveis em afeto estão disseminadas no campo social, sendo móveis e transitórias, como toda resistência e produzindo ensaios de lutas pela defesa da liberdade, da experimentação e de uma vida comum. Suscitar o saber do corpo e a experimentação intensiva no urbano conduz a novas sensibilidades, percepções e afetos que, quando acolhidos e sustentados, podem eclodir em novos territórios existenciais, em um devir outro. Como reitera Pelbart (2003), há no campo social “microrevoluções por toda parte, em escalas as mais diversas, por vezes, diminutas, inomináveis e invisíveis” (p. 170), que podem estabelecer as condições para um novo funcionamento do desejo. Na sustentabilidade afetiva, a ênfase é

dada à constituição de um corpo mais sensível aos afetos e aos encontros potencializadores, que disseminam a alegria e produzem conexões, alianças e uma vida compartilhada na urbe.

Em dadas circunstâncias, pode ocorrer de as forças de resistência se associarem de tal maneira que operam intensa visibilidade e expressão, como foi o caso da Escola de Samba carioca, a Mangueira, que, em seu desfile no carnaval brasileiro de 2019, congregou diversas ações de resistência. Mesmo em meio a uma onda crescente de conservadorismo que ora se dissemina em nosso país, engendrada por uma forma de governo conservadora, a Mangueira desfilou como um ato político e foi campeã do Carnaval, ao recontar a história do Brasil, por um ato de recusa à versão colonialista. A Mangueira narrou uma história que a História oficial não conta, com os autênticos heróis e suas lutas de resistência, na invasão do Brasil, no genocídio dos índios, contra a violência da escravidão e da ditadura, contra o desrespeito às minorias, trazendo à tona o poder da vida de resistir.

Entre os homenageados, estava Teresa de Benguela, líder quilombola de uma comunidade negra e indígena que resistiu à escravidão por 20 anos. Mencionava também a vereadora carioca Marielle Franco, assassinada por lutar pela defesa e garantia dos direitos humanos à população. Um dos destaques do desfile a ser ressaltado foi a comissão de frente da Escola, que problematizou a importância dada pela história oficial aos colonizadores. Como contraponto, retratou o avesso da história, a relevância e magnitude das lutas contra a dominação, expressando o desejo de um país que não está nos museus, mas que, no cotidiano da vida urbana, resiste e busca liberdade. Por meio da arte, a Mangueira apresentou uma inversão crítica nessa incoerência: no desfile, os colonizadores saem dos quadros e aparecem com o tamanho reduzido em relação aos negros e indígenas brasileiros, destacando a grandeza das lutas de resistência e a força dos personagens ignorados na história oficial do Brasil.

Esse encontro, que pode ser compreendido como um exercício de resistência protagonizado por uma parte da população, mesmo sendo a denúncia de um momento

histórico marcado por tristeza, afetou de alegria, conectou corpos e expandiu desejos diferentes que se alinharam na potência de resistir. Cabe agora pensar quais as condições de possibilidades para fazer emergir momentos coletivos de potência e resistência no cotidiano das cidades. Quais os caminhos para ensaiar modos de vida sustentáveis em afeto?

4.3 SUSTENTABILIDADE AFETIVA E RESISTÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DO BEM-ESTAR COMUM

A resistência tal como compreendida por Foucault (1988), tanto em sua face de oposição quanto de criação, contribui para perceber e acompanhar os movimentos de expansão da vida e de sua diferenciação. O autor destaca que os pontos, os nós e os focos de resistência estão disseminados e circulam de forma irregular por toda a rede de poder, atravessando os grupos sociais e os indivíduos em suas existências privadas. Eles se distribuem com maior ou menor densidade no tempo e no espaço, podendo provocar levantes, inflamar certas partes do corpo, certos momentos da vida e certas práticas sociais (Foucault, 1988). Como estão pulverizados no campo social, seus efeitos, muitas vezes, são silenciosos e invisíveis, operando pequenas mudanças nos corpos e práticas cotidianas. Tal qual a sustentabilidade afetiva, ao dar apoio e acolhida aos afetos, a resistência como criação põe em movimento experimentações que podem aumentar a força de existir. Conforme reitera Foucault (2003):

não há relações de poder sem resistências; que estas são tão mais reais e eficazes quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder; a resistência ao poder não tem que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha porque ela é compatriota do poder. Ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder: ela é, portanto, como ele, múltipla e integrável a estratégias globais (p. 249).

Por sua mobilidade e potencial de criação, as resistências possibilitam escapar às inúmeras tentativas de captura empreendidas pelos dispositivos de poder no espaço urbano. Estes últimos atuam em prol da homogeneização, massificação e serialização da vida, colocando ao sujeito a tarefa de obedecer e seguir modelos, ou, poderíamos dizer, uma quase (in)existência. É nesse sentido que resistir é existir, ao criar novas subjetividades, novos modos de ser e estar no mundo e novos universos possíveis, afirmando a diferença e a invenção. Nota-se, assim, como o conceito de resistência toca o de sustentabilidade afetiva. Esta última, uma vez calcada na dimensão complexa, processual e mutante da subjetividade, atenta-se para a potência de transformação pela via da invenção e da ação que resiste e cria. A sustentabilidade afetiva não implica uma habilidade ou capacidade individual, mas se configura no encontro, bem como na possibilidade de afetar e ser afetado por ele, tecendo novas composições com a vida, a partir da abertura ao saber do corpo e da expressão dos afetos. Pelbart chama a atenção para o fato de que a invenção não é restrita ao artista ou a arte, mas a:

todos e qualquer um inventam, na densidade social da cidade, na conversa, nos costumes, no lazer, novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação. Cada variação, por minúscula que seja, ao propagar-se e ser imitada torna-se quantidade social e assim pode ensejar outras invenções e novas imitações, novas associações e novas formas de cooperação. Nessa economia afetiva, a subjetividade não é efeito ou superestrutura etérea, mas força viva, quantidade social, potência psíquica e política (Pélbart, 2003, p. 138-139).

Espalhadas por todo o campo social há existências que empreendem diferentes ações para resistir ao aprisionamento da vida e escapar ao controle e à vigilância. Tais sujeitos, ao darem passagem aos afetos, colocam em circulação novas práticas e a emergência de novas maneiras de viver no espaço urbano. O que cria condições para favorecer a conexão com uma

multiplicidade de desejos, os quais, em certas situações, podem convergir para o apoio à luta pelo bem-estar comum na cidade.

Para que os corpos possam ser afetados e para que possam afetar outros corpos no espaço urbano, experimentando um aumento de potência em sua força de existir, é preciso que haja um encontro entre eles. Sozinhos, esses corpos têm suas capacidades restringidas, ficando despotencializados. Para Hardt e Negri (2016), quando nos juntamos pelos afetos alegres, “formamos um corpo social mais poderoso que qualquer de nossos corpos individuais separadamente” (p. 180). Os corpos em relação, ao serem afetados pela alegria dos bons encontros, se misturam e compõem um corpo mais forte, reverberando em uma ampliação do poder de agir e resistir deste corpo, tanto individual quanto social.

O afeto alegre, correspondente às afecções que levam para uma potência maior de existir e agir no mundo. Ele desafia o controle limitador da organização capitalista, uma vez que esta tem foco bem delimitado: o lucro – nem sempre acompanhado da expansão do viver. Assim, a alegria possibilita a existência política e a ação que transforma. Para tanto, é imprescindível que este corpo esteja sensível às experimentações cotidianas, que se disponha a sustentar os afetos e não apenas seus efeitos nos corpos. Quando por demais anestesiados, conforme visto com Rolnik (2018), os corpos podem simplesmente desconsiderar tais afetações, mantendo-se insensíveis e distantes da possibilidade de experimentá-las. Para Hardt e Negri (2016), o caminho para a alegria: “consiste em abrir constantemente novas possibilidades, expandir nosso campo de imaginação, nossas capacidades de sentir e ser afetados, nossas capacidades de ação e paixão” (p. 414).

Os modos de vida emergentes, quando estão potentes para sustentar a experimentação dos afetos, mantêm certa distância da rigidez e da fixação em identidades. Isso abre para uma disponibilidade maior para colocar-se sensível ao novo e à transformação. Como? Em certo sentido, eles resistem, mesmo que parcialmente, à submissão do corpo às normas dominantes,

mantendo-se em contato sensível com os encontros e seus desdobramentos afetivos. Hardt e Negri (2016) defendem a ideia de que a erradicação do apego à identidade é um caminho necessário, uma vez que a identidade neutraliza ou achata os desdobramentos produzidos pelos encontros e afetos.

Ao distanciar-se da identidade, a experimentação dos afetos ganha valor de vida, como um bem comum. Para Hardt e Negri (2016), o conceito de comum remete “não só à terra, ao ar, aos elementos ou mesmo à vida vegetal e animal, mas também aos elementos constitutivos da sociedade humana, como as linguagens, os hábitos, os gestos, os afetos, códigos comuns, assim por diante” (p. 195). O comum é destacado como um produto social e está presente nos conhecimentos, nas artes, na informação, nas relações, sendo imprescindível a busca não somente pelo acesso coletivo a essas produções, como também pela criação de novos comuns por meio de práticas coletivas sociais. Nesse sentido, para os autores, a produção do comum:

já não é possível senão com base na apropriação social de bens comuns; que a reprodução do mundo da vida e seu ambiente físico já não é possível senão quando as tecnologias são diretamente controladas pelo projeto do comum; e que a racionalidade já não pode funcionar senão como um instrumento da liberdade comum da multidão, como um mecanismo para a instituição do comum (Hardt & Negri, 2016, p. 147).

Hardt e Negri (2016) falam então de um bem-estar comum, que pode ser preservado em sua dimensão coletiva e política. Em suas palavras, trata-se de uma “prática coletiva, onde o estado de estar-em-comum se transforma num processo de produção do comum” (p. 147). E eles ainda acrescentam que o comum “não coloca a humanidade separada da natureza, seja como sua exploradora ou sua guardiã; centra-se, antes, nas práticas de interação, cuidado e coabitação num mundo comum” (p. 8). Isso remete novamente à noção de sustentabilidade afetiva, que coopera “para a produção de outras estéticas de existências, marcadas pelo contato zeloso com a natureza e pelos encontros sociais que colocam em evidência o

compartilhamento afetivo. Onde eles estão? Em cada gesto que tem no ‘nós’ sua razão de ser”. (Mansano, 2018, p. 3).

Nos encontros afetivos que acontecem no espaço urbano, foco deste estudo, constata-se “uma dinâmica viva de práticas culturais, circuitos intelectuais, redes afetivas e instituições” (Hardt & Negri, 2016, p. 177). Esses são elementos do comum contidos na cidade, sendo a cidade a própria “fonte do comum e o receptáculo para o qual ele flui” (p. 177). Entretanto, são poucos os corpos que gozam do acesso a esses bens comuns na cidade. O que se observa é que: “A riqueza produzida em comum é abstraída, capturada e privatizada, o que ... constitui um empecilho à nova produção do comum” (p. 180), inclusive obstrui os encontros potentes.

Em compensação, inscrevem-se, atualmente, no cotidiano das cidades, inovações no âmbito da Arquitetura e Urbanismo com uma preocupação que alcança e ecoa o comum. São projetos que se atentam para a sustentabilidade socioambiental, incorporando a produção do comum. Tal como sinaliza o compromisso adotado pela União Internacional dos Arquitetos nesse mesmo sentido:

A União Internacional dos Arquitetos – UIA, por exemplo, adotou, em 1993, juntamente com o Instituto dos Arquitetos dos EUA, a Declaração de Interdependência para um futuro sustentável, que coloca a sustentabilidade social e ambiental como sendo o centro de responsabilidade profissional e prática (Castelnou, 2006, p. 141).

Deste modo, incorpora-se aos poucos nas cidades uma preocupação, ainda modesta, com a questão da sustentabilidade em suas mais variadas dimensões (social, ambiental, econômica e cultural), mas também uma sustentabilidade afetiva no espaço urbano, tal qual defendido neste estudo. Essa sustentabilidade implica, entre outras possibilidades, a construção de espaços que favoreçam os encontros, planejando as cidades de modo mais inclusivo e plural. Os profissionais do urbanismo, por exemplo, começam a visualizar a

relevância de práticas, projetos e soluções para o espaço urbano que priorizem o encontro e os espaços públicos (Gehl, 2015). Ocupar espaços existentes na cidade ou criar novos surge como uma possibilidade de reapropriação do comum. Ao tomar a cidade como espaço compartilhado e de produção do comum, surge o desafio de priorizar no planejamento urbano a criação de espaços de encontro e de convívio, que impliquem a aproximação de seus habitantes para construção de redes afetivas potencializadoras. A interação entre corpos e a experimentação de afetos podem ser compreendidas então como práticas de resistência, possibilitando engendrar novos modos de vida e novos mundos.

Se a cidade deixa de ser um espaço para experimentações de encontros fortuitos, plurais e afetivos, que colocam em movimento as forças que nos compõe e nos decompõe, ela promove, em seu lugar, encontros programados e controlados, que seguem protocolos ou são extremamente cristalizados. Com isso, vamos convergindo para uma anestesia afetiva do corpo e uma insensibilidade à mistura.

Quando há o encerramento da dimensão complexa e mutante da subjetividade em uma subjetividade individualizada, identitária e neutra, esbarramos no achatamento da capacidade de afetar e ser afetado por outros corpos, caminhando para uma (in)existência. Esta implica uma espécie de padronização dos afetos e reprodução dos modelos dominantes, sem abertura para o contato com o novo ou para a transformação. Se utilizamos o termo (in)existência é para evidenciar um apagamento do sujeito, revelado pelo corpo anestesiado ou exaurido, em que sua potência não pôde se efetivar, beirando uma impotência. O corpo é separado daquilo que pode e tem reduzida sua força de agir. E qual é a vida que está sendo negada, que faz do sujeito um (in)existente? Acreditamos que seja precisamente a vida múltipla, sensível, resistente e, portanto, inventiva.

Passar da (in)existência à resistência implica dar passagem aos afetos e sustentá-los em sua multiplicidade. É possibilitar ao corpo que se reinvente e se refaça nos encontros

potencializadores, para resistir ao assujeitamento e à negação de outras formas de viver a cidade, produzindo novas subjetividades. Essa produção demanda a criação de espaços urbanos que possibilitam o acesso e a circulação de bem-estar comum, combatendo sua expropriação ou privatização. A sustentabilidade afetiva comparece, então, como possibilidade para irromper modos de vida aliados aos afetos alegres que favoreçam a capacidade de agir e transformar o social. Mansano (2016) sintetiza esse conceito, destacando quatro pontos. Para a autora, a sustentabilidade afetiva:

1. parte de uma concepção de homem e de natureza que considera o quanto os corpos são potentes para afetar e serem afetados nos encontros que experimentam cotidianamente;
2. analisa os impactos dessa variação de afetos na natureza e nas relações sociais;
3. colabora para compreender a crescente indiferença, historicamente construída, para com as questões do meio ambiente e das relações afetivas;
4. abre -se para um campo político de debate multidisciplinar sobre o que desejamos construir como vida comum, compartilhada (p. 58).

O que este capítulo buscou, aproximando os conceitos de sustentabilidade afetiva e resistência, foi chamar a atenção para a potência das experimentações afetivas na criação de modos de vida ao favorecer a capacidade de agir e a força de existir. A força da resistência inventiva colabora para colocar em circulação novos componentes de subjetivação e novas maneiras de interação com o outro e com a natureza no espaço urbano. O conceito de resistência deixa entrever, portanto, o quanto a vida é inventiva, móvel e produtiva, podendo suscitar práticas plurais quando sustenta a experimentação de afetos díspares. Assim, a resistência, que se dirige contra as formas de sujeição e uniformização da vida, dá um passo adiante: ela não apenas se opõe ao que está posto como norma geral de conduta (que aqui chamamos de (in)existência), mas também contribui para colocar em movimento uma sensibilidade que é vital para produção do bem-estar comum. É nesse sentido que Foucault

(1988, p. 91) afirma a presença de “resistências, no plural, que são casos únicos”. Como esses casos se manifestam? Como se disseminam e produzem efeitos/afetos no social urbano?

É nesta perspectiva que considera a dimensão múltipla e inalienável dos afetos que apresentaremos, em seguida, a pesquisa das intervenções artísticas urbanas. Estas, ao congregarem práticas de resistência, geram ressonâncias e desdobramentos na cidade e na produção de subjetividades. Por meio das intervenções artísticas urbanas, será possível dar visibilidade a iniciativas de apropriação do espaço urbano com fins relacionais e afetivos.

5 AS INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS URBANAS

As intervenções urbanas surgem no contexto da arte contemporânea, no século XX, envoltas pela liberdade artística e pluralidade de sua época, no lugar de delimitações rígidas, categóricas e instituídas sobre o que é, qual o público para o qual se dirige e quais os lugares apropriados para a arte. Assim, a contemporaneidade passa a acolher e conceber os mais variados estilos, técnicas e materiais como obras de arte, incluindo ações, instalações e pensamentos. A palavra diversidade pode ser tomada como aquela que melhor descreve as expressões artísticas contemporâneas (Seidel, 2016), com seus diferentes e inesperados locais de exposição e manifestação.

No Brasil, a arte contemporânea inaugura suas primeiras aparições na passagem da década de 1950 para a de 1960, em trabalhos realizados por artistas como Flávio de Carvalho, Lyggy Clark, Hélio Oiticica e Cildo Meireles. Cada um deles, a seu modo, possui um acervo de obras emblemáticas por suas propostas inusitadas (Cocchiarale, 2002). Entretanto, nas duas

décadas que se seguiram, período de ditadura militar, a arte contemporânea brasileira sofreu com a censura e com a forte repressão militar de qualquer expressão julgada como contrária ao regime brutalmente instaurado. Muitos dos artistas, neste período, foram:

penalizados e sofreram retaliações, sendo necessário, para alguns, o exílio em algum território fora do Brasil, caso contrário, corriam risco de sofrer torturas e serem presos com o pressuposto de que estariam cometendo crime contra o Estado e o ‘bem estar’ da nação. Esses acontecimentos foram permitidos a partir das alterações realizadas pelo governo de Vargas na constituição de 1967, no qual o direito de liberdade foi assegurado, no entanto, as acentuadas delimitações o levava às restrições severas que objetivavam manter a ‘ordem pública e os bons costumes’ (Moura, Uchôa, & Lemos, 2015, p. 428).

Sob esse governo, a liberdade artística e política foi drasticamente cerceada, a arte sequestrada e enquadrada. Qualquer diferença manifestada em relação aos valores militares, desvio ou transgressão da norma estabelecida era subitamente suprimida por tal regime. Isso gerou desdobramentos subjetivos que culminaram em modos de vida massificados, temerosos e obedientes. Apesar das tentativas de barrar ou extinguir a diferença que ameaçava e questionava a regulação e a sujeição da vida na norma vigente, diferentes práticas de resistências eclodiam a todo o momento, sendo, em parte, manifestas por meio da arte.

Nesse ínterim, as intervenções urbanas começam a surgir como parte de um movimento de oposição e resistência às proibições fixadas pela ditadura militar. Emergindo com a ocupação das ruas, dos espaços e objetos arquitetônicos da urbe, a intervenção artística urbana foi utilizada como instrumento crítico de contestação e transformação (Jornal Futura, 2014) política e social, servindo para intervir na urbe e no cotidiano.

A expressão intervenção urbana passou a ser usada, mais frequentemente, somente a partir da década de 1990, para caracterizar os trabalhos de arte que ocorriam no contexto

público (Moraes, 2014). Tais trabalhos protagonizavam novas práticas e produções artísticas, diferentes daqueles institucionalizados ou legitimados hegemonicamente, como era o caso da arte exposta em museus e galerias tradicionais.

Alguns coletivos artísticos, bem como os artistas individuais, passaram a atuar diretamente nos espaços abertos da cidade, favorecendo e democratizando o acesso à arte. Além disso, Barja (2008) assinala que a intervenção urbana é capaz de “promover o corpo-a-corpo da obra de arte com o público, independente dos mercados consumidores ou de complexas e burocratizantes instituições culturais” (p. 216). Isso implica encontro e interação entre sujeitos.

Santana (2009) afirma que, por meio das intervenções urbanas, pode-se promover “novas funções e sentidos ... a partir dos cruzamentos de novas figurações plásticas com outras linguagens, cujos trabalhos passam a refletir discussões históricas e simbólicas. Além do deslocamento dos suportes, estabelecem um novo olhar entre arte e o entorno da cidade” (Santana, 2009, p. 225). A arte produz, assim, novas maneiras de perceber a cidade, novas percepções e novas sensibilidades com as invenções desviantes. Deste modo, a intervenção urbana “interfere numa dada situação para promover alguma transformação ou reação, no plano físico, intelectual ou sensorial” (Sodré & Weber, 2017, p. 68). Podemos ainda acrescentar que ela atua também nos planos político e afetivo, podendo fomentar o acesso a diferentes sensibilidades. Daí sua importância para a vida urbana, uma vez que as intervenções “invadem sistemas codificados por normas estabelecidas para colocá-los em pane, para questioná-los em suas entranhas, pô-los em curto-circuito, ainda que por instantes” (Cocchiarale, 2002, p.71), produzindo e colocando em circulação novos componentes de subjetivação.

Vale considerar também que as intervenções artísticas urbanas têm um caráter inusitado. Elas não passam despercebidas, estabelecendo um corte, uma descontinuidade na

paisagem urbana. As estratégias utilizadas são diversas e vão desde trabalhos simples, com adesivos e colagem (*stickers*), pintura de paredes (*stencil*), lambe-lambe, até grandes projetos, com estruturas, instalações e performances artísticas (Silva Cardoso, Silva, Souza Barbosa, & Ramos, 2013). Vale ressaltar que a intervenção urbana não é executada apenas por artistas profissionais, podendo ser criada e realizada por qualquer um. De todo modo, duas das expressões mais conhecidas de intervenção urbana e que estão espalhadas pela cidade são o grafite e a pichação (Furtado & Zanella, 2009), as quais ocupam espaços públicos e privados na urbe, têm suas nuances e são utilizadas, tratadas e valoradas de forma diferente a cada época.

5.1 O GRAFITE E A PICHÇÃO: PRODUÇÕES URBANAS

Toda a cidade comparece como possibilidade para a realização do grafite e da pichação: muros, viadutos, prédios, ônibus e monumentos. Não há limites para seus usos e funções. Rompendo-se com a ideia de demarcações do mercado, fronteiras entre bairros ou de propriedade privada, a cidade é tomada e ocupada sem obedecer a nenhuma regra fixa ou padrão pré-estabelecido. Sua execução abrange desde aqueles que dela participam pelo vandalismo anárquico até aqueles que se envolvem com a arte urbana politicamente comprometida (Prosser, 2006).

O grafite e a pichação revelam o caráter insurgente próprio de uma intervenção urbana que se prolifera pela cidade sem nenhum ordenamento. Eles escapam ao controle e à previsibilidade, ganhando uma caracterização marginal e subversiva que inova nas composições visuais e expressivas, reverberando, em alguma medida, uma crítica social e política. Daí seu potencial de resistência e questionamento. Como o grafite e a pichação se espalham pela cidade de modo desordenado, eles provocam e convocam, causando estranhamento e engendrando sensibilidades.

O termo grafite, tal como utilizado nos Estados Unidos e na Europa, refere-se: “comumente, a toda escrita urbana, aos rabiscos nos metrô, banheiros, nomes de *gangs*, *tags* que são assinaturas em *spray* dos *writers* ou escritores de rua, imagens elaboradas e, em alguns casos, à arte de rua ou muralismo” (Furtado & Zanella, 2009, p. 1283). Não há uma tradução para o termo pichação fora do Brasil, pois não é feito qualquer tipo de distinção entre os estilos de grafite. Etimologicamente, a palavra “graffiti quer dizer escritos. Sob este aspecto, e é o que mesmo os escritores de graffiti afirmam, picho e graffiti são a mesma coisa” (Prosser, 2006, n.p.). E englobam formas de escritas urbanas.

No Brasil, além de uma distinção formal entre grafite e pichação, estabelecendo as diferenças quanto a seus traços, técnicas e estilos, observa-se também uma tendência à dissociação polarizada e oposta: o grafite é traduzido como uma obra mais elaborada e complexa, enquanto a pichação aparece associada à transgressão, poluição visual, sujeira e depredação. No entanto, para Prosser (2006), a pichação envolve não somente:

o rabisco, a garatuja, a escrita rápida não autorizada, que suja, transgride, polui, marca a posse, deliberadamente perturba a ordem estabelecida. Envolve, também, o posicionamento social e político dos seus autores e a sua expressão de protesto perante a sociedade capitalista e o seu modo de vida consumista. Mesmo o ato de rabiscar, sujar ou marcar não é gratuito, mas carregado de significados (Prosser, 2006, n.p.).

No Brasil, ambas as práticas, historicamente, emergiram como forma de contestação e eram consideradas ilegais até 2011, pela Lei federal nº 9605/98, cujo artigo 65 previa pena de 3 meses e multa, sendo consideradas como crime contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural. Depois, esse artigo foi revogado pela Lei 12.408, em 2011, que manteve a pichação como crime, enquanto o grafite ganhou outro estatuto, sendo considerado em seu objetivo de:

valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem

privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional (Lei 12.408/11).

Assim, o grafite deixou de ser considerado crime e passou a ser compreendido como manifestação artística, com uma condicional legal: é arte quando é identificado com uma produção que valoriza o espaço e quando o grafite é autorizado. Isso dá margem a uma interpretação subjetiva do que é considerado como algo que valoriza o espaço a partir de certo referencial valorativo. Desse modo, foi necessário questionar: grafite consentido é grafite? Quando a arte tem de ser aprovada por alguma instância social, ela funciona como intervenção urbana? Por outro lado, ao qualificar qualquer tipo de pichação como crime, há um julgamento valorativo sobre essa prática, abrindo espaço para avaliação de que a pichação não é intervenção urbana, mas transgressão, vandalismo e contravenção e, por isso, passível de sanção e pena (Lei 12.408/11).

Aliado a esse processo de expansão das intervenções urbanas, o mercado absorveu o grafite como produto mercantilizável, abrindo espaço nas galerias de arte para os murais de arte urbana (Archer, 2001). Cooptado pelo capital, seu potencial de resistência, de transgressão à norma e de força contrária à produção do espaço público como vitrine de mercado enfraquece. Nessa direção, ajusta-se o grafite à demanda de mercado, transformando-o em intervenção encomendada e decorativa. O grafite, assim, passou a ser mais aceito e a ganhar popularidade por meio da mídia, pela abertura e assimilação por instituições legitimadoras da arte, pela mercantilização e pelas mudanças nas leis. Costa Junior (2017, p.66) considera que, “por influências e poderes diversos, criou-se uma cultura intensa de valorização da prática e do produto do grafite, na qual os modelos econômicos passaram a influenciar, em grande parte, a forma, o local e seu modo de produção e exibição”.

Nota-se, assim, como uma intervenção urbana capaz de produzir intensidades e afetos vai se tornando capitalizada, sequestrada e dominada.

5.2 UM CAMINHO DE PESQUISA

Antes de apresentar as intervenções urbanas, porém, cabe explicar brevemente como foram coletadas as imagens e reportagens que aqui serão analisadas. A cidade escolhida para evidenciar essa produção urbana e sua interface com as práticas de sustentabilidade afetiva e resistência foi São Paulo. Segundo o último censo do IBGE (2019) a cidade conta com uma população de 12,25 milhões de habitantes que compartilham os espaços urbanos e interagem com ele das mais variadas maneiras. As imagens foram coletadas em documentos de domínio público como sites e jornais que tematizaram no ano de 2017 as polêmicas geradas entre a administração pública de um lado e os grafiteiros e pichadores de outro. No total, foram visitados 54 sites de jornais e revistas, dos quais foram extraídas seis situações que serão apresentadas e analisadas na sequência.

As imagens e reportagens foram selecionadas tendo como critério as repercussões nacionais e internacionais trazidas pelas ações da administração pública da cidade junto aos responsáveis pelas intervenções urbanas. Os dados foram analisados com base nos argumentos teóricos apresentados nos tópicos teóricos deste trabalho.

5.3 DELINEANDO AS INTERVENÇÕES URBANAS

A cidade de São Paulo é mundialmente conhecida por seus grafites e pichações. Em 2017, o recém-eleito prefeito da cidade instituiu o chamado “Programa São Paulo Cidade Linda”, apresentado como um plano de ações para limpeza, manutenção e revitalização urbana. Notícia veiculada pelo site oficial da referida Prefeitura (2017) anunciava que este Programa contemplava:

serviços de manutenção de logradouros, conservação de galerias e pavimentos, retirada de faixas e cartazes, limpeza de monumentos, recuperação de praças e canteiros, poda de árvores, manutenção de iluminação pública, reparo de sinalização de trânsito, limpeza de pichações (sic), troca de lixeiras, e reparo de calçadas (Secretaria Executiva de Comunicação, 2017, janeiro 2).

Tratou-se de uma clara associação da pichação à sujeira, dano e depredação, o que justificava sua remoção e repressão a seus agentes. Outra notícia, veiculada pela Secretaria Especial de Comunicação da Prefeitura de São Paulo (2017, janeiro 1) alega que o principal objetivo do Programa Cidade Linda é: “a melhora na zeladoria urbana e o resgate da autoestima do paulistano, em ação integrada entre poder público, iniciativa privada, ONGs e cidadãos”. Além disso, o prefeito solicita expressamente a adesão a iniciativa: “queremos convocar gradualmente a população a também colaborar com o programa” (Secretaria Executiva de Comunicação, 2017, janeiro 2). Com isso, a referida gestão estimulava a população a se tornar partícipe das ideias veiculadas pelo programa e a colaborar com a supressão das manifestações urbanas avaliadas por ele e sua equipe como desordem e vandalismo. Uma analogia entre cidade linda e cidade limpa imediatamente se estabeleceu. Mas, quais inscrições urbanas seriam limpas? Quais componentes de subjetivação e sensibilidades seriam combatidos? Qual a estratégia utilizada?

A Avenida 23 de Maio, que faz a ligação do centro da cidade de São Paulo com a Zona sul, era considerada um dos maiores murais de grafite e pichação a céu aberto da América Latina, com quase cinco quilômetros e meio de extensão (G1.Globo, 2017, janeiro 23). Como parte de uma ação integrada ao Programa Cidade Linda, funcionários foram ordenados a apagar com tinta cinza vários dos trechos em que havia grafites e pichações. Diversos jornais e revistas digitais, nacionais e internacionais, fizeram a cobertura dessa ação da Prefeitura que “decidiu deixar apenas oito dessas obras na avenida, alegando que as demais

estavam danificadas ou sofreram pichações” (O Globo, 2017). A seleção ficou a cargo da Secretaria Municipal de Cultura, de forma arbitrária, sem diálogo com o restante da população que ocupa e vive a cidade, determinando que não há espaço para outros estilos de manifestações urbanas a não ser que sejam aprovadas pelas instâncias governamentais.

Houve, então, a remoção das inscrições urbanas da Avenida 23 de Maio, alegando que as obras de grafite “estavam danificadas, cores esmaecidas, havia pichação por cima, ou muito poluídas pela própria poluição dos carros que passam por ali, essas foram cobertas” (O Globo, 2017, janeiro 23). “Mas antes de formar um comitê plural e isento – como deve ser todo júri de seleção de projetos públicos – a Prefeitura de São Paulo preferiu uma curadoria solo, tomando para si a tarefa de arbitrar sobre aquilo que possa ou não ser considerado arte” (Abril, 2017, janeiro 27).

Entre os oito grafites escolhidos pela Secretaria Municipal para poder permanecer na Avenida 23 de Maio, estava o do muralista e grafiteiro Eduardo Kobra conhecido por suas obras mundialmente. O mural havia sido realizado como uma homenagem ao aniversário da cidade de São Paulo, em 2009, e retratava uma cena cotidiana paulistana na década de 1920. O título do mural era “São Paulo, capital da arte de rua”. Após as remoções dos grafites e pichações pelo Programa Cidade Linda, a obra do Kobra apareceu “pichada com tinta cinza no dia do aniversário da cidade (25) em protesto contra a prefeitura. Foi colado no local um boneco com o rosto do prefeito João Doria (PSDB), como se ele estivesse passando a tinta sobre a obra” (UOL, 2017, janeiro 28). Como retaliação, a prefeitura ordenou cobrir de tinta cinza toda a extensa obra do Kobra, restando apenas sete grafites autorizados na Avenida 23 de Maio. As diferentes intervenções urbanas foram suprimidas uma a uma, destruindo quase por completo o museu a céu aberto da Avenida 23 de Maio. Na figura 1, pode-se observar a imagem de antes e de depois da remoção de uma das intervenções urbanas que ficava na Avenida:



Figura 1. Avenida 23 de Maio

Fonte: Vírgula. “Grafiteiros e artistas falam sobre o ‘Cidade Linda’: ‘tiro pela culatra’ e ‘vazio cinza’”, de Alexandre Melo, 2017. Foto: Facebook.

O que foi apagado com a remoção das intervenções urbanas não foi apenas o colorido das paredes: foram eliminadas expressões artísticas e culturais, percepções, sensações e afetos que poderiam ser disparados no encontro com as obras. Nos murais, as diferentes expressões artísticas possibilitavam experimentações afetivas. Banidas por intervenção governamental, as intervenções urbanas deixam de afetar a população que vive no espaço urbano.

As ações do Programa Cidade Linda receberam “apoio, mas também uma chuva de críticas Artistas de várias áreas e paulistanos comuns criticaram a falta de diálogo na tomada de decisões e acusaram a gestão de apagar grafites mesmo sem estar, segundo os critérios da prefeitura, ‘danificados’ por pichações” (Alessi, 2017, janeiro 24). Entre as opiniões distintas emitidas pela população nos meios de comunicação, o arquiteto e urbanista Kazuo Nakano considerou a remoção uma medida autoritária: “é uma abordagem equivocada porque o grafite tem que ser entendido como parte do espaço público, e uma ação sobre o

espaço público nunca pode ser impositiva” (G1Globo, 2017, janeiro 23). A dona de casa Claudete de Aguiar entende que “o grafite é uma obra de arte, agora pichação é rabisqueira” (G1Globo, 2017, janeiro 23). O grafite é aceito como expressão artística, enquanto a pichação é rapidamente associada à depredação do espaço público e vandalismo, opinião compartilhada pela maior parte da população de São Paulo após a midiatização do Programa Cidade Linda. É o que mostrou uma pesquisa realizada pela agência Datafolha (2017), que apontou que a maioria dos moradores da capital paulista era favorável ao grafite. No entanto, a maioria dos paulistanos rejeita as pichações no cenário urbano. Quanto ao Programa Cidade Linda, a medida adotada pela Prefeitura de pintar de cinza os grafites da Avenida 23 de Maio desagradou os paulistanos em geral. 61% declararam que a Prefeitura agiu mal (Datafolha, 2017, fevereiro 13). Para Paula Stuczynski, da ONG Trocando Ideia, que realiza ações voltadas à cultura *hip-hop* e ao desenvolvimento social, “a questão mais delicada é sempre o posicionamento de colocar a pichação de um lado e o grafite de outro. Uma coisa vem da outra. Um gera o outro” (Lucchese, 2017, janeiro 25). As práticas urbanas de grafiteiros e pichadores se misturam e interagem. Assim, não há delimitação rígida nessas produções: o grafite não exclui a pichação, podendo, muitas vezes, até se misturar em inventivas criações.

O artista plástico Rui Amaral, precursor do grafite em São Paulo, foi um dos curadores do corredor de arte urbana da Avenida 23 de Maio, projeto promovido e financiado pela gestão municipal anterior ao Programa Cidade Linda. “Segundo ele, o projeto, conhecido como um dos maiores murais do tipo no mundo, englobou tanto a pichação quanto o grafite – e sua junção, conhecida como ‘grapixo’ ” (Veja, 2017, janeiro 23). Assim, parte das misturas entre o grafite e a pichação eram propostas do próprio projeto, que abarcava e expressava as diferentes modalidades de inscrições urbanas, caindo por terra o argumento de que as obras foram apagadas porque estavam danificadas por pichações, realizados por vândalos transgressores da lei. Um dos efeitos da decisão de legalizar somente o grafite, segundo Rui

Amaral, “é a confusão entre os conceitos de grafite, pichação e muralismo. ... ‘O que havia na 23 de Maio eram murais, e não grafite. Os murais são painéis autorizados e encomendados’” (Modelli, 2017, janeiro 28). O que a lei permite de fato, sob essa perspectiva, é, na verdade, o mural e não o grafite. Essa falta de clareza acaba hipervalorizando a imagem do grafite e promovendo sua avaliação como uma arte autorizada e regrada. Entretanto, ambos, o grafite e a pichação, são intervenções urbanas pautadas pela expressão espontânea que preza por escapar do controle legal e moral. Para Pereira (2017), o grafite:

mais associado à arte, é mais facilmente entendido como forma de ação do Estado e mesmo do mercado, já a pichação, execrada pela maioria da população, é uma máquina de guerra, nômade e difícil de ser capturada. Assim, fica mais fácil criminalizar esta e mesmo criar certo pânico moral em torno dela como forma de marketing político e publicidade pessoal (DWBrasil, 2017, janeiro 27).

O encontro da população urbana com a pichação e o grafite provocam afetos distintos, porque diferem da arte convencional. São intervenções urbanas que podem incomodar, causar estranhamento e incompreensão visto serem formas de contestação, de protesto e recusa à norma e aos modos de vida instituídos. Em alguma medida, elas produzem interferências nas maneiras de ver e viver a cidade. Esse aspecto que foi levantado pelo artista Mauro Neri da Silva por meio de sua intervenção urbana denominada “Deixa ver a cidade” (Figura 2).



Figura 2. Muro apagado onde havia a inscrição “Deixa ver a cidade”

Fonte: Galileu, “Políticas higienistas nas cidades podem apenas esconder problemas”, de Cristine Kist & Thiago Tanji, 2017. Foto: Júlia Rodrigues.

Todavia, o artista, acostumado a sofrer sanções e ser interceptado pela polícia, foi preso e seu ato enquadrado como crime de pichação, por lavar o muro, remover a tinta cinza aplicada pela Prefeitura sobre o seu grafite (figura 2) e começar a revitalização da obra. Na ocasião, ele argumentou: “No muro, liam-se as palavras ‘Deixa Ver’ e, alguns metros adiante, ‘Ver a Cidade’. Meus grafites falam sobre essa questão do que autorizam, do que legitimam, do que deixam que seja visto na cidade. O que a gente pode ver? O que é interessante que a gente veja?” (Kist & Tanji, 2017, maio 26). Podemos acrescentar a essas indagações: e o que ninguém quer ver? O que deve ser eliminado, calado e banido no urbano? O grafiteiro Todyone manifestou-se, fazendo um grafite com o desenho do prefeito vestido de gari e varrendo o grafite e a pichação para debaixo do tapete, dizendo: “Isso não é arte. Romero Britto é top” (Fórum, 2017, janeiro 18). Este grafite foi feito em alusão à tentativa da Prefeitura de categorizar o que é arte e o que é belo, instituindo aquilo que pode ser reproduzido e visto na paisagem urbana e o que deve ser varrido e limpo. Nesse caso, o que deve ser silenciado é tudo aquilo que desviar do hegemônico. Nota-se, como discutido no capítulo 4, que a cidade torna-se um campo não apenas para expressão de componentes

subjetivos distintos, como também um campo onde esses componentes se enfrentam. Na tensão entre a legalidade e a ilegalidade, expressam-se componentes subjetivos massificados e dominantes, mas também sensibilidades transgressoras e subversivas à ordem instalada.

Essa tensão se estendeu para as redes sociais. No caso das ações descritas sobre a cidade de São Paulo, manifestações eclodiram contra o programa da Prefeitura, principalmente no que se refere à eliminação dos grafites e dos murais. Poucos, entretanto, defenderam a pichação (Melo, 2017, janeiro 24). Alguns “internautas postaram textos em tom de denúncia de crime contra o patrimônio cultural da humanidade, comparando a ação à queima de livros em praça pública” (Flamingo & Quintella, 2017, janeiro 27). Especialistas em arte urbana se pronunciaram a esse respeito, considerando a medida como “uma forma de censura e crítica[ra]m a ausência de embasamento técnico para a decisão. ‘São Paulo está matando sua própria cultura’, disse o curador alemão e especialista em arte urbana não-autorizada Robert Kaltenhäuser” (Abril, 2017, Janeiro 27).

Analisando as ações governamentais no espaço urbano como um campo de lutas, nota-se que a política administrativa tende a reprimir as diferentes formas de linguagem, de expressão e contestação advindas de segmentos marginalizados na sociedade e que estão mesclados com artistas que ocupam o espaço público. Além das críticas nas redes sociais, houve ainda manifestações nas ruas contra a política adotada pela prefeitura, denunciando o silenciamento das intervenções artísticas urbanas (G1Globo, 2017, janeiro 26).

A discussão gerada na imprensa e nas redes sociais foi tal que o secretário da Cultura, na época, André Sturm, disse em nota que: “a avenida pode receber um Festival do Grafite, com artistas recrutados pela prefeitura e materiais fornecidos pela gestão. Tudo, explicou Sturm, para responder ao ‘ruído’ provocado pela maré cinza” (Alessi, 2017, janeiro 24). O Festival de Grafite passou a ser divulgado pela prefeitura como estratégia para amenizar a situação crítica gerada com a remoção dos murais. Houve também a criação de um chamado

grafitódromo e de um Museu de Arte de Rua (MAR), medidas estas adotadas para abafar e calar o “ruído” das manifestações.

Para o artista plástico Jaime Prades, que fez parte da primeira geração de grafiteiros de São Paulo, o grafitódromo representa: “uma visão paternalista que quer impor o que considera ‘certo’. Logo, o grafite é algo errado, que tem que ser contido e controlado”, diz. ‘Mas nesse caso, não seria mais grafite, já que a alma do grafite é interagir com a cidade livremente’” (Modelli, 2017, janeiro 28). Essa liberdade, evocada por Prades, representa a maneira como o grafite, a pichação e outras formas de intervenção urbana são avaliadas como perigosas. Essas manifestações escapam ao controle por seu caráter transgressor, marginal e singular. Não obedecem a qualquer tipo de regra, não pedem permissão para ocupar o espaço e ninguém determina o que o artista deve ou não fazer. A intervenção urbana aparece como um meio de sabotar a vigilância e o controle por sua mobilidade, pluralidade e seu caráter efêmero. A cidade fluida, mutante e em movimento resiste, compondo novas correlações de forças e sustentando outras maneiras de viver e sentir o urbano.

Também o Museu de Arte de Rua (MAR) foi divulgado pela Prefeitura como local “onde profissionais credenciados produzirão painéis” (Flamingo & Quintella, 2017, janeiro 27) em pontos autorizados de São Paulo: “a proposta também prevê a criação de uma comissão de seleção que receberá projetos e currículos” (Abril, 2017, Janeiro 27). Consolidase, dessa forma, uma estratégia governamental que, diante do impasse gerado, preza pela inclusão de determinadas expressões artísticas por meio do grafitódromo e do MAR. Tal inclusão ocorre de forma controlada, restringindo a liberdade de expressão dessas intervenções urbanas e permitindo sua inserção desde que sejam aprovadas, reguladas, autorizadas ou cooptadas pelo capital. Exemplo disso pode ser encontrado no próprio edital de seleção dos artistas, que colocou como exigência o fato de que a obra não apresente qualquer manifestação de cunho político, religioso ou discriminatório (Gonçalves, 2017, março 10). A

pretensão de governar as expressões urbanas torna clara sua estratégia de controle: suprimir o caráter político dessas intervenções bem como seu conteúdo transgressor, questionador e transformador. Delimitar espaços e selecionar imagens deixa entrever a importância governamental na atribuição às ações de vigiar, controlar e reprimir as intervenções urbanas, tentando manter a população distante da crítica e da sensibilidade. Buscando envolver parte da população no combate a ação dos pichadores, agora já identificados como criminosos, foi criado o projeto Guardiões da Cidade. Tratava-se de um acordo firmado pela Prefeitura com o sindicato dos taxistas de São Paulo, em que esses profissionais eram chamados a colaborar com a fiscalização e denunciar os atos de pichação, podendo acionar a Guarda Civil Metropolitana a qualquer hora do dia. (O Estado de São Paulo, 2017, fevereiro 04). Além disso, foi assumida pela gestão da cidade uma postura combativa por meio da qual foi solicitado à população filmar, fotografar e denunciar pichadores (Costa, 2017, janeiro 28).

Com a repercussão negativa advinda das manifestações em prol da arte urbana da Avenida 23 de Maio e diante da ineficiência da cobertura dela por tinta cinza, desgastada pelo tempo (Fórum, 2017, abril 22), a prefeitura colocou em ação outro projeto que envolveu “a plantação de trepadeiras e outros arbustos em 6.600 metros quadrados de muros e 2.200 metros de canteiros laterais na 23 de Maio” (Flamingo & Quintella, 2017, janeiro 27). Novamente, encontramos aqui uma estratégia política para impedir e constranger as intervenções urbanas.

Estabelece-se, assim, uma oposição diametral entre grafite e pichação, criando um inimigo comum: a pichação e seus agentes. Eles passam a ser combatidos em conjunto e com o apoio de parte da população que vê essas intervenções urbanas como atos criminosos. Inicia-se um processo de vigilância, penalização, controle e moralização de condutas cada vez mais severo. Isso pode ser constatado nas palavras do então prefeito:

Quero deixar claro: pichadores são condenados na nossa cidade. A população não quer a pichação e não vai ter a pichação porque nós vamos fiscalizar e punir os pichadores Inclusive pedi um Projeto de Lei à Câmara Municipal de São Paulo para quintuplicar o valor da multa. E os que não puderem pagar o valor da multa, não tem problema nenhum: vão pegar pincel, tinta e limpar a porcaria que fazem na cidade de São Paulo (O Globo, 2017, janeiro 23).

Esse tipo de discurso proferido por uma autoridade governamental deixa entrever a incitações de ódio, intolerância e repúdio que colaboram para a destruição concreta e simbólica de determinadas expressões artísticas, para o combate da arte contestadora e para o silenciamento de determinados segmentos da população, evidenciando uma cidade em guerra pela ocupação visual dos espaços. Além de aplicar multas que variam entre R\$ 5 mil e R\$ 10 mil aos pichadores, a lei sancionada também prevê penalidade aos grafiteiros que pintarem sem autorização, como pode ser constatado na seguinte declaração do governante: “Agora grafiteiro vai ter que ter autorização. Essa situação que grafiteiro acha que pode grafitar o que quiser também não. Acabou” (Santiago, 2017, fevereiro 20).

Outra ação de vigilância e controle sobre as produções urbanas veio da Secretaria Estadual da Segurança Pública, que delegou ao Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), grupo da polícia civil especializado nas investigações contra o crime organizado, a responsabilidade por identificar pichadores de rua (Costa, 2017, janeiro 28). Notadamente, tal ação aciona dispositivos de segurança para o controle e governo das condutas da população (Foucault, 2008), aumentando a criminalização da pichação e do grafite não autorizado e colocando em destaque o rechaço de parte da população por essa prática. Os dispositivos de segurança “tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule” (Foucault, 2008, p. 61). Por meio desses dispositivos de segurança

pretendia-se promover a regulação das inscrições urbanas, de modo a anular, limitar ou frear seus efeitos sobre a população, cooperando para firmar o controle urbano. Como resultado dessa operação, 126 pichadores foram presos em cinco meses de funcionamento, sendo que o número equivale ao dobro de detenções efetuadas em todo o ano de 2016.

Mesmo em meio a essas estratégias de vigilância e controle governamentais sobre as imagens da cidade, várias intervenções urbanas de protesto e contestação foram desencadeadas após as ações do Programa Cidade Linda, tanto por meio do picho quanto do grafite. As paredes cinzas foram pintadas com manchas coloridas em alguns trechos da Avenida 23 de Maio, como se estivessem devolvendo o colorido das paredes. Um dos pichadores escreveu “Doria Pixo é arte” e afirmou em nota que o discurso de tolerância zero ao picho pode fazer com que a polícia: “‘passe a ser mais violenta com os pichadores, uma vez que essa truculência tem o aval dos governantes’”. Ele cita um caso ocorrido em 2014, no qual cinco PMs foram acusados de matar dois pichadores rendidos em um prédio no bairro da Mooca, na zona leste da cidade” (Alessi, 2017, janeiro 24). O campo de batalha instalado entre pichadores, grafiteiros, população e governo provoca efeitos imponderáveis na população e na produção de subjetividades. O Coletivo artístico Imargem, que atua em toda a cidade com intervenções urbanas, divulgou em nota:

O que se quer apagar tem cor, classe social e endereço. Uma cultura de rua que vem das margens, mas que não se limita a elas, circula por toda a cidade, transpondo barreiras físicas e simbólicas. Guerrear é não querer o diálogo, diálogo que nem sequer tentou-se estabelecer. Pintar uma cidade inteira de uma só cor é tirar da visibilidade das superfícies a diversidade que faz da nossa cidade o que somos. Talvez o que se enxergue no spray, nos rolinhos e nas tintas seja mesmo uma arma, mas trata-se da arma das ideias e as nossas sempre serão livres (Romeiro & Brito, 2017, janeiro 16).

A Prefeitura de São Paulo divulgou que, até o dia 17 de junho de 2017, foram realizadas pinturas em 13.357 metros de pichações com o Programa Cidade Linda (Pinho, 2017, julho 2). Tal atitude pode ser observada na Figura 3. Ela mostra que o conteúdo apagado na Avenida 23 de Maio pelo Programa Cidade Linda referia-se à crise da água vivida na cidade naquele momento e exemplifica o que precisa ser eliminado para não gerar um olhar crítico na população.



Figura 3. Grafite apagado na 23 de Maio sobre a crise de água

Fonte: Jornal G1. Globo, “Grafiteiros desenharam a crise em SP: ‘troco iPhone 6 por dois litros de água’”, de Paulo Toledo Piza, 2015. Foto: Paulo Toledo Piza.

Atravessar uma crise de falta de água em uma cidade do porte de São Paulo gera uma série de inconvenientes e desaprovações governamentais. A Figura 3 foi produzida por 10 artistas em 2015. Entre eles, “o ativista das causas ambientais, o pintor de rua Thiago Mundano é um dos artistas que concentrou esforços no retrato da crise (de água)” (Pizza, 2015, fevereiro 3). Para Mundano, a intervenção urbana é uma forma de entrar em contato e interagir com as pessoas. Ele acredita que a arte “na rua tem um poder de transformação social maior do que a gente pensa” (Mundano, 2019). As intervenções urbanas criam formas de resistir ao que está instituído, pois dão visibilidade aos problemas urbanos que atingem o

cotidiano da população. Assim, uma parte delas evidencia como a cidade se tornou palco dos interesses de mercado e a existência se transformou em mera mercadoria associada aos processos econômicos. Os efeitos nefastos de tal situação se materializam na cidade e se tornam tema das intervenções urbanas. Suas imagens e conteúdos podem despertar e sensibilizar o corpo anestesiado, provocando sensações e afetos que cooperam para efetivar uma crítica ao que está posto como condição de vida social, econômica e afetiva. É o que pode ser visto na Figura 4, sobre a escassez de água em São Paulo.



Figura 4. Obra do grafiteiro Iskor

Fonte: Dionísio Arte, “Os personagens de Iskor”, 2016. Recuperado de: <http://www.dionisioarte.com.br/os-personagens-de-iskor/>

A Figura 4, do grafiteiro conhecido como Iskor, apresenta pessoas se afogando em um líquido preto que é despejado por garrafas pet. Em cada uma delas há palavras como lucro, mercado, mentiras, negligência e corrupção. “Ela está escorrendo líquido preto que está sugando o personagem”, disse o grafiteiro em nota. “Estamos sem água porque estamos afogados nisso” (G1.Globo, 2017, fevereiro 3). O aprisionamento da vida efetuado pelos valores do mercado neoliberal e pelo culto ao lucro provocam danos tanto no campo social e ambiental como na subjetividade, tal como exposto nos Capítulos 3 e 4. A modelização das

subjetividades em subjetividades consumidoras e passivas compromete a vida e a expansão da própria existência. Questão que é de alguma forma abordada nessa intervenção urbana.

A reação governamental de combate às intervenções urbanas deixa evidente suas dimensões artísticas e políticas, sendo, por isso, alvos de controle, ordenamento, combate e, em casos mais radicais, morte. As inscrições nos muros dão visibilidade aos problemas enfrentados pela população e à dimensão problemática das gestões. Tais produções provocam desvios, desordem e desconforto, atrapalhando a mera reprodução de subjetividades hegemônicas e supostamente passíveis de controle. Como falamos de um campo de batalha urbano, tal tentativa de apaziguamento encontra seus limites, mantendo o espaço urbano em constante processo de reinvenção e resistência.

Na complexidade do espaço urbano e sua interface com a produção de subjetividades, o que se nota, portanto, não é uma guerra contra o grafite e a pichação, mas o combate à diversidade de formas de existir, viver e experienciar a cidade. Conforme abordado no capítulo anterior, estamos diante de estratégias macro e micropolíticas que incidem sobre a produção de subjetividades, pretendendo esmagar a expressão da resistência por meio de uma tripla operação: midiática, judiciária e policial (Rolnik, 2016). O esforço por silenciar e aniquilar expressões urbanas, entretanto, também é confrontado por iniciativas que resistem ao governo e sujeição da vida. Para o artista Eduardo Srur, o objetivo da intervenção urbana é “fazer refletir, provocar, tirar as pessoas dessa anestesia de uma forma diferente” (Srur, 2019, np.).

Diante do que foi exposto, o caleidoscópio urbano poderia dar ares de que está danificado. Mas, não. De fato, ele exhibe uma cidade insustentável e a vida, em suas expressões, em perigo. É nesse sentido que consideramos o quanto os modos de vida praticados no espaço urbano têm se tornado insustentáveis. Essa insustentabilidade está

permeada pela proliferação e naturalização de dispositivos de controle e higienização visual, cujo efeito mais devastador é a criminalização da crítica e da denúncia dos governantes.

Entretanto, como pudemos acompanhar no decorrer desta pesquisa, o caleidoscópio mostra também que a cidade abarca uma multiplicidade de práticas de resistência. Não existe, portanto, uma cidade homogênea, inerte e indiferenciada. Tal como demonstrado aqui, as intervenções urbanas podem se configurar como práticas de resistências ao possibilitarem a expressão das sensibilidades, necessidades e afetos. É nesse sentido que a sustentabilidade afetiva no espaço urbano torna-se relevante neste estudo. Por meio dela, é possível resistir a esse processo de modelização e uniformização das subjetividades, que promovem um apagamento da existência e entram o processo de criação e transmutação da vida. Nesta ilusão de estar blindado ao efeito do outro e aprisionado a uma identidade, padecemos da anestesia que evita e desqualifica os encontros. Assim, “há que se criar espaços nos quais os afetos possam ser experimentados e sustentados em sua intensidade múltipla, caótica, inesperada e desconcertante (Mansano, 2019, p. 14).

As intervenções urbanas podem produzir encontros fortuitos e experimentações afetivas. Nesse sentido, elas também podem colocar em circulação novos e diferentes componentes de subjetivação na urbe, favorecendo a potência de agir de seus habitantes pela alegria dos bons encontros. As intervenções urbanas expostas e analisadas neste capítulo deixam evidente uma preocupação com o bem-estar comum e com a produção dos afetos. As imagens e conteúdos expressos por seus agentes evidenciam outras maneiras de ver, perceber e se relacionar no cotidiano urbano, engendrando novas percepções e modos de sentir a vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomarmos o problema de pesquisa que deu início a este trabalho, a saber, se há práticas de resistência no espaço urbano que rompem em alguma medida com os pressupostos do capitalismo hegemônico e com os dispositivos de poder que atravessam a sociedade, abrindo espaços no urbano para construir uma sustentabilidade afetiva e novos modos de vida,

constatamos que tais práticas estão espalhadas por toda a cidade. Elas, das mais diferentes maneiras e protagonizadas pelos mais diferentes sujeitos, possibilitam encontros e conexões afetivas na cidade.

Nas intervenções urbanas analisadas foi possível perceber que as produções inventivas podem implicar uma recusa do modo de subjetivação capitalístico, que enclausura a existência em composições subjetivas passivas, formatadas e sob controle. Como as intervenções urbanas não precisam estar atreladas aos interesses de mercado, aos valores econômicos ou a norma estabelecida, em alguma medida elas podem exercer uma crítica e contestação necessárias para enfrentar o processo de capitalização e controle da vida urbana. Por meio das intervenções urbanas, aspectos relativos à vida comum e ao bem-estar da coletividade na urbe são escancarados, como é o caso da mobilidade, da segregação socio-espacial, da violência nas periferias e da morte de determinadas populações.

As intervenções urbanas, com isso, convocam o transeunte a questionar o que está instituído, mas que é mantido longe dos holofotes da cidade do espetáculo. Além disso, ela se coloca lado a lado dos anúncios publicitários, propagandas e marketings que disseminam modos de vida a serem reproduzidos e consumidos, sem lugar para a crítica ou para a expressão das necessárias lutas para existir.

À medida que as intervenções urbanas são severamente combatidas por meio dos dispositivos governamentais e pelo apoio de parte da população, como pudemos constatar na análise do Programa Cidade Linda e seus desdobramentos, é notável que elas cumpram um papel político de denúncia. Nota-se nas intervenções urbanas o seu expressivo potencial de ruptura e protesto, a ponto de mobilizar uma cidade do porte de São Paulo para uma guerra contra os pichadores e os grafiteiros, com a clara intenção de silenciar e eliminar essas intervenções e seus efeitos e/ou afetos. Nesse sentido, consideramos que algumas intervenções urbanas conseguem se tornar práticas de resistência ao assujeitamento, ao

colocarem em circulação outras linguagens, expressões e sensibilidade. Em alguma medida, elas colocam em curso outras relações com a cidade. Como destaca Pâmella Cruz, uma das diretoras do Coletivo Pi, que realiza intervenções urbanas efêmeras na cidade de São Paulo, as intervenções urbanas:

Ao instaurar rupturas temporárias na rotina, instigam olhares curiosos, estimulam as pessoas a repensar relações e questionar normas e padrões, reafirmam as ruas e a cidade como lócus da partilha, da convivência das diferenças, da experiência com outro, da criação de novas formas de habitar (Cruz, citado por Cotrim, 2015, p. 63).

Também no campo da Arquitetura e do Urbanismo, tal qual explorado no capítulo “Sustentabilidade Afetiva: da (in)existência à resistência”, foi possível vislumbrar práticas de resistência à captura da cidade como palco de interesses e políticas dirigidas exclusivamente para o desenvolvimento econômico e para o controle social. Ao lançar um outro olhar para o espaço urbano, tomando em consideração que ele é composto por pessoas, há uma preocupação que passa a incluir a sustentabilidade social e a ambiental. Isso ajuda a compreender a cidade como espaço comum, organizado para a convivência coletiva, para as experimentações afetivas e para a fruição de modos de vida mais democráticos e inclusivos. Nesse sentido, a cidade não precisa ser palco privilegiado de destruição das diferenças. Como exposto no capítulo “O caleidoscópio da cidade”, a vida é bem mais do que a política de morte em curso, que se acentua pela onda de conservadorismo na atualidade.

Na Psicologia, despontam práticas de intervenção que prezam por dar evidência aos processos de resistência que acontecem no cotidiano. Em diversas de suas abordagens, a subjetividade não fica mais restrita apenas à experiência do sujeito ou associada a uma interioridade psíquica e identitária. Em seu lugar, ganha espaço a subjetividade em sua dimensão coletiva, complexa, processual e inventiva. O combate da forma reprodutiva de viver, por meio de uma Psicologia não modelizante, envolve a compreensão da subjetividade

não enquanto interioridade psíquica individual do sujeito, mas como produção permanente que abrange as forças em jogo para a sua constituição. Não há o sujeito fechado em uma estrutura psíquica. Tal como defendido na parte “De que sujeito falamos?”, ele é plural, produzido no conjunto de seus encontros, em uma configuração provisória que se diferencia pelas afecções que experimenta. Abordar o sujeito e as relações afetivas nessa perspectiva mutante implica uma aliança política da Psicologia com a vida em seus processos de diferenciação e criação.

Cabe aos profissionais da Psicologia, desde a formação até a inserção efetiva no campo laboral, reconhecer que adotar uma dessas concepções não envolve apenas uma opção epistemológica, teórica e técnica. As diferentes concepções de sujeito levam necessariamente a posicionamentos políticos e éticos que repercutem nas práticas e nos processos de subjetivação.

Ao final desta investigação, é possível dizer que as questões emergentes no espaço urbano e suas possibilidades de resistência abrem um vasto campo para pesquisas em Psicologia Social. A Psicologia, como ciência em movimento, pode fazer avançar seus estudos conjugando-se com outros saberes, como a Arte, a Filosofia, a Arquitetura e ainda com aqueles conhecimentos do cotidiano, como os advindos das intervenções urbanas. Nesse sentido, entendemos que as intervenções urbanas possam se constituir como uma possível ferramenta para a Psicologia Social para intervir junto à população urbana, valendo-se delas para promover trocas, experimentações afetivas e sensibilidades outras. Assim, acompanhamos as ideias de Rolnik, que considera o quanto “é preciso resistir no próprio campo da política de produção da subjetividade e do desejo dominante no regime em sua versão contemporânea” (Rolnik, 2018, p. 36).

A noção de sustentabilidade afetiva articulada com o conceito de resistência compareceu neste estudo na intenção de resgatar a importância dos contatos, sejam eles com a

natureza, os sujeitos, as produções artísticas ou qualquer outro corpo que potencialize os modos de viver em comum. Ao acolher, experimentar e sustentar encontros e afetos, germens de vida podem vir a se expressar, forjando existências outras capazes de resistir aos mecanismos de governamentalidade que recaem sobre a vida urbana. Como visto no decorrer deste estudo, vivemos em um tempo histórico no qual instituições diversas estão empenhadas em vigiar, criminalizar, e desqualificar formas de existência que fogem aos padrões de produção e consumo vigentes. Isso interfere diretamente na vida urbana. Nesse sentido, acompanhamos as ideias de Guattari e Rolnik (1996, p. 135), para quem os “processos de transformação que se dão em diferentes campos de experimentação social podem ser, às vezes, mínimos e, no entanto, constituir o início de uma mutação maior”.

Por fim, este trabalho assumiu o desafio de mostrar que a vida urbana, mesmo encurralada e sob ameaça, resiste continuamente e cria maneiras diversas de escapar das formas de controle para retomar seu fluxo vital, em um processo constante de reinvenção. A partir da luta e da recomposição das forças em disputa no espaço urbano, ensaiam-se modos de vida que experimentam, que dão passagem aos afetos e que incorporam a cada nova experiência outros saberes do corpo, inaugurando outras maneiras de viver, sentir e agir na cidade. Sair da (in)existência e caminhar na direção da resistência implica a promoção de encontros alegres e potencializadores no espaço urbano, que aumentem a força de agir a partir do contato.

REFERÊNCIAS

Abril, A. (2017, janeiro 27). O prefeito quer ser curador. Por trás da polêmica da remoção de grafites em São Paulo, Select investiga a legitimidade da curadoria realizada pelo prefeito João Doria na cidade. *Select/Terra Notícias*. Recuperado de: <https://www.select.art.br/o-prefeito-quer-ser-curador/>

Alessi, G. (2017, janeiro 24). A 'maré cinza' de Doria toma São Paulo e revolta grafiteiros e artistas. *El País*. Brasil-Política. Recuperado de:
https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/24/politica/1485280199_418307.html

Archer, M. (2001). *Arte contemporânea: uma história concisa*. (A. Kruger, V. L. Siqueira, Trads.). São Paulo: Martins Fontes.

Assis, M. (1994). *O alienista*. São Paulo: Fid.

Atlas da Violência. (2018). (Cerqueira, D. et al., Coords.). *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. Brasília, DF. Recuperado de:
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432

Auterives, M. J. (2014). Resistência e prática de si em Foucault. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, 6(1), 01-08. Recuperado de:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912014000100002&lng=pt&tlng=pt

Barja, W. (2008, jul./dez.). Intervenção/terinvenção: a arte de inventar e intervir diretamente sobre o urbano, suas categorias e o impacto no cotidiano. *Revista Iberoamericana de Ciência da Informação (RICI)*, 1 (2), 213-218. Recuperado de:
<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1253>.
doi:10.26512/rici.v1.n2.2008.1253

Bauman, Z. (2008). *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Benevolo, L. (2003). *História da cidade* (3a ed.). São Paulo: Perspectiva.

- Bock, A. M. B. (2007). Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves, & O. Furtado (Orgs.), *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (3a ed., pp. 15-35). São Paulo: Cortez.
- Caldeira, T. P. R. (1997). Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos*, (47), 155-76. Recuperado de: http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Enclaves-fortificados_segregacao-urbana.pdf
- Canetti, T. (2015). Uma nova segregação metropolitana: as periferias fractais – evidências encontradas na região metropolitana de Belo Horizonte. *Rev. Brasileira de Estudos urbanos e regionais*, 17(2), 25-39. Recuperado de: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4949>. doi: 10.22296/2317-1529.2015v17n2p25
- Castells, M. (1979). *Problemas de investigação em sociologia urbana* (2a ed.). (L. Azevedo, Trad.). Lisboa: Presença.
- Castelnuovo, A. M. N. (2006). Arquitetura e sustentabilidade na sociedade de risco. *Terra e Cultura*. 9(37), 131-146. Recuperado de: http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/37/Terra%20e%20Cultura_37-12.pdf
- Centro Regional de Informações das Nações Unidas. (2018). Relatório da ONU. Recuperado de: <https://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050>
- Cidade, L. C. F. (2013). Urbanismo, reprodução social e representações da qualidade urbana moderna e contemporânea. Gonzales et al., *Planejamento e Urbanismo na atualidade brasileira: objeto, teoria e prática*. Rio de Janeiro: Livre Expressão.
- Cocchiarale, F. (2002). A (outra) arte contemporânea brasileira: intervenções urbanas micropolíticas. *Rizoma. net-Artefato*, 12-19.

- Costa, F. (2017, janeiro 28). A guerra do spray paulista: João Doria pinta por cima dos grafites, cria polêmica e vira marchinha de carnaval. *#Colabora*. Cidades e Comunidades sustentáveis. Recuperado de: <https://projetcocolabora.com.br/ods11/guerra-do-spray-paulista/>
- Costa Júnior, H. G. (2017). Da transgressão ao controle: uma análise dos grafites do muro do Jockey Club do Rio de Janeiro. *Cadernos de Arte e Antropologia*, 6(2), 65-79.
- Cotrim, A. (2015). Intervenção urbana: artistas ocupam espaços urbanos e interagem de forma criativa. *Ciência e Cultura*, 67(1), 62-63. doi:10.21800/2317-66602015000100021
- Débord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. (P. P. Pelbart, Trad.). São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. (2001). *Empirismo e subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. (L. B. L. Orlandi, Trad.). São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. (2002). *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta.
- Deleuze, G. (2009). *Cursos sobre Spinoza (Vincennes, 1978-1981)* (Coleção Argenti Nostrum). (E. A. R. Fragoso, F. E. B. Castro, H. R. Cardoso Júnior, J. A. A., Trads.). Fortaleza: EdUECE.
- Dionisio Arte (2016, agosto 29). Os Personagens de Iskor. Dionisio Arte. Recuperado de: <http://www.dionisioarte.com.br/os-personagens-de-iskor/>
- DW Brasil. (2017, janeiro 27). "São Paulo está matando a própria cultura", diz curador alemão de arte urbana. *DW*. Brasil. Recuperado de: <https://www.dw.com/pt-br/s%C3%A3o-paulo-est%C3%A1-matando-a-pr%C3%B3pria-cultura-diz-curador-alem%C3%A3o-de-arte-urbana/a-37304179>

Espinoza, B. (1979). *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.

Farr, R. M. (2008). *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Felix, J. (2016). Saskia Sassen “Não é imigração, é expulsão”. *Ponto-e-Vírgula : Revista de Ciências Sociais*, 0(18), 171-179. Recuperado de:
<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/29811>

Flamingo, J. & Quintella, S. (2017, janeiro 27). Os planos de Doria para a polêmica dos grafites na cidade: em ação apressada, prefeitura apaga desenhos da 23 de Maio, provoca críticas e gera uma contrarreação feroz dos pichador. *Veja*. São Paulo. Cidades. Recuperado de: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/planos-grafite-doria/>

Fórum. (2017, janeiro 18). Cidade Linda é política higienista e retrocesso cultural. *Fórum*. Debate. Recuperado de: <https://revistaforum.com.br/noticias/marcos-martins-cidade-linda-e-politica-higienista-e-retrocesso-cultural/>

Fórum. (2017, abril 22). Grafites apagados por Doria reaparecem na 23 de Maio, em São Paulo: tinta cinza usada para cobrir os muros da via, há menos de três meses, está descascando e os desenhos ressurgem. *Fórum*. Recuperado de:
<https://revistaforum.com.br/noticias/grafites-apagados-por-doria-reaparecem-na-23-de-maio-em-sao-paulo/>

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. (Roberto Machado, Org., Trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (1988). *A história da sexualidade 1: a vontade de saber*. (M. T. C. Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque, Trads.). São Paulo: Paz e Terra.

- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. H. Dreyfus, P. Rabinow, *Michel Foucault, uma Trajetória Filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. (V. P. Carrero Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2003). *Ditos e escritos. Ética, estratégia, poder-saber* (Vol. 4). (M. B. Motta Org.). (V. L. A. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. (E. Brandão, C. Berliner, Trans.). São Paulo: Martins Fontes.
- Furtado, J. R., & Zanella, A. V. (2009). Graffiti e cidade: sentidos da intervenção urbana e o processo de constituição dos sujeitos. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 9(4), 1279-1302. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000400010&lng=pt&tlng=pt
- Gehl, J. (2015). *A cidade para pessoas* (3a ed.). (A. Di Marco, Trad.). São Paulo: Perspectiva.
- Goes, E. M., & Sposito, M. E. B. (2014). A insegurança e as novas práticas espaciais em cidades brasileiras. *Scripta Nova- revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales*, 18(493), 1-17. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/11449/117803>
- Gonçalves, G. (2017, março 10). Sem incluir 23 de Maio, Doria promete inaugurar 'museu do grafite' em junho. *GISão Paulo*. Recuperado de: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-diz-que-museus-a-ceu-aberto-com-grafites-serao-inaugurados-em-junho.ghtml>
- Guattari, F. (1990). *As três ecologias* (2a ed.). (M. C. F. Bittencourt, S. Rolnik, Trans.). Campinas, SP: Papirus.
- Guattari, F. (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. (A. L. Oliveira, L. C. Leão, Trad.). Rio de Janeiro: Editora 34.

Guattari, F. (1993). Micropolítica do fascismo. *Cadernos de Subjetividade*, 1(1), 173-190. Núcleo de estudos e pesquisas da subjetividade do Programa de estudos pós-graduados em psicologia clínica da PUC-SP, São Paulo.

Guattari, F., & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: cartografias do desejo* (4a ed.). Rio de Janeiro: Vozes.

Guiducci, R. (1980). *A cidade dos cidadãos*. (P. C. Rizzoli, Trad.). São Paulo: Brasiliense.

G1.Globo (2017, janeiro 23). Grafites em muros de avenida de São Paulo são pintados de cinza. *G1.Globo*. Recuperado de: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/grafites-em-muros-de-avenida-de-sao-paulo-sao-pintados-de-cinza.html>

G1.Globo (2017, janeiro 26). Em meio a polêmica com Doria, grafiteiros defendem diálogo e espaço: muralistas questionam tinta cobriu murais na 23 de Maio sem critério; prefeitura diz querer incentivar pichadores a serem artistas e em locais permitidos. *G1.Globo*. São Paulo. Recuperado de: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/em-meio-a-polemica-com-doria-grafiteiros-defendem-dialogo-e-espaco.ghtml>

Haesbaert, R. (2014). Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. *Rev. Campo-Território*. (Edição especial do XXI ENGA-2012), 1-17. Recuperado de: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/27063>

Hardt, M., & Negri, A. (2016). *Bem estar comum*. (C. Marques, Trad.). Rio de Janeiro: Record.

Harvey, D. (2009). A liberdade da cidade. (A. Alfredo, T. Schor, C. A. Boechat, Trans.). *GEOUSP - Espaço e Tempo*, (26), 09-17. Recuperado de: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp26/09-18-HARVEY,David.pdf>

- Harvey, D. (2012, julho/dezembro). O direito à cidade. *Lutas sociais*, 0(29), 73-89.
Recuperado de: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18497/13692>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). *Agência IBGE Notícias*. Recuperado de:
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20843-pnad-continua-10-da-populacao-concentravam-quase-metade-da-massa-de-rendimentos-do-pais-em-2017>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). *Agência IBGE Notícias*. Recuperado de:
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019>
- Instituto de Pesquisa Datafolha (2017, fevereiro 13). Maioria condena remoção de grafites da avenida 23 de Maio. *Datafolha*. Opinião Pública. Recuperado de:
<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/02/1858287-maioria-condena-remocao-de-grafites-da-avenida-23-de-maio.shtml>
- Jacques, M. D. G. C., Strey, M. N., Bernardes, N. M. G., Guareschi, P. A., Carlos, S. A., & Fonseca, T. M. G. (2013). *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Jornal Futura (2014). *Intervenções Artísticas Urbanas - O que são?* Recuperado de:
<https://www.youtube.com/watch?v=WcPDyajKnok>
- Kist, C., & Tanji, T. (2017, maio 26). Políticas higienistas nas cidades podem apenas esconder problemas. *Galileu*. Recuperado de:
<https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2017/05/o-que-voce-faz-para-mudar-sua-cidade.html>
- Lane, S. T. M. (1985). A psicologia social e uma nova concepção de homem para a "Psicologia". In S. T. M. Lane, & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (3a ed., pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.

- Lane, S. T. M. (2006). *O que é psicologia social?* (22a ed., Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense.
- Le Goff, J. (1998). *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun / Jacques Le Goff*. São Paulo: UNESP.
- Lei n. 12.408, de 25 de maio de 2011. Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para descriminalizar o ato de grafitar, e dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112408.htm
- Lojkine, J. (1981). *O Estado capitalista e a questão urbana* (2º ed). São Paulo: Martins Fontes.
- Lucchese, A. (2017, janeiro 25). Polêmica em SP gera debate sobre grafite no país; saiba o que pensam produtores e governo da Capital. *Gaúchazh*. Artes. Recuperado de: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/artes/noticia/2017/01/polemica-em-sp-gera-debate-sobre-grafite-no-pais-saiba-o-que-pensam-produtores-e-governo-da-capital-9591348.html>
- Mansano, S. R. V. (2009). Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Rev. psicol. UNESP*, 8(2), 110-117. Recuperado de: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946>
- Mansano, S. R. V. (2012). Alguns desafios colocados para a pesquisa qualitativa na contemporaneidade. *Rev. Espaço acadêmico*, (36). 1-9. Recuperado de: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/18400/9705>
- Mansano, S. R. V. (2016). Espaço urbano, natureza e relações sociais: por uma sustentabilidade afetiva. *Psicol. teor. prat.*, 18(1), 49-59. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872016000100004&lng=pt&tlng=pt.

- Mansano, S. R. V., & Lima, A. B. (2017, junho). “É melhor viver do que ser feliz”: felicidade, idealização e consumo. *Rev. Espaço Acadêmico*, (193), 78-91. Recuperado de:
<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/33888/19460>
- Mansano, S. R. V. (2018, maio 9). Palestra proferida sobre “Sustentabilidade afetiva e seus desdobramentos cotidianos”, no evento “Pobreza e sofrimento: implicações psicológicas e a atuação da(o) psicóloga(o)”, CRP-PR(Org.). Londrina, Paraná.
- Mansano, S. R. V. (2019). Organizações e sustentabilidade: por uma sustentabilidade afetiva no cotidiano. *Organizações e Sustentabilidade*, 6(2), 1-3.
- Mbembe, A. (2016). *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições.
- Mello, N. A., & Théri, T. H. (2018). Políticas públicas e reservas da biosfera, desafios na gestão de cidades brasileiras. *Rev. Franco-brasileira de geografia*. (38). Recuperado de:
<https://journals.openedition.org/confins/16891>. doi: 10.4000/confins.16891
- Melo, A. (2017, janeiro 24). Grafiteiros e artistas falam sobre o ‘Cidade Linda’: ‘Tiro pela culatra’ e ‘Vazio Cinza’. *Virgula*. Comportamento. Recuperado de:
<http://www.virgula.com.br/comportamento/grafiteiros-e-artistas-protestam-em-sao-paulo/>
- Miranda, L. L. (2005). Subjetividade: a (des)construção de um conceito. S. Jobim. (Org.), *Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura* (2a ed.). (pp. 29-46). Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Modelli, L. (2017, janeiro 28). De crime a arte: a história do grafite nas ruas de São Paulo. *BBC News*. Brasil. Recuperado de: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38766202>

- Molon, S. I. (2011, outubro/dezembro). Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. *Psicologia em estudo*, 16(4), 613-622. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n4/a12v16n4.pdf>
- Montero, M. (1994). *Um paradigma para la psicología social. Reflexiones desde el que hacer em América Latina*. Caracas: Anthropos.
- Moraes, A. V. (2014). Intervenções artísticas urbanas - O que são? [Arquivo de vídeo]. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=WcPDyajKnok>
- Mori, V. D., & Rey, F. G. (2012). A saúde como processo subjetivo: uma reflexão necessária. *Psicologia: teoria e prática*, 14(3), 140-152. Recuperado de: http://www.fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao_biblio/fernando/artigos/Saude_e_Subjetividad/A_saude_como_processo_subjetivo.pdf
- Moura, I., Uchôa, L., & Lemos, V. (2015). O discurso político de Letícia Parente na década de 1970. *Arte e política: IV Diálogos Internacionais em Artes Visuais e I Encontro Regional da ANPAP/NE* [recurso eletrônico] / [organizadores]: Robson Xavier da Costa... [et al.]; Programa Associado de Pósgraduação em Artes Visuais UFPB/UFPE. Recife : Editora UFPE.
- Mumford, L. (1998). *A cidade na história : suas origens, transformações e perspectivas*. (N. R. Silva, Trad.). São Paulo : Martins Fontes.
- Mundano, T. (2019, junho 3). História #22 - Pimp My Carroça - São Paulo | SP. [Arquivo de vídeo]. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=O63PKINseeg>
- O Estado de São Paulo. (2017, fevereiro 04). 'Todos os pichadores são bandidos', diz Doria: Desde 1º de janeiro, a GCM conduziu 50 pichadores a distritos policiais; neste sábado, duas pessoas foram detidas após pichar escola na zona norte da capital. *Estadão*. São Paulo. Recuperado de: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,todos-os-pichadores-sao-bandidos-diz-doria,70001653334>

- O Globo. (2017, janeiro 23). Doria apaga grafites em avenida e cria polêmica em SP. Recuperado de: <https://oglobo.globo.com/brasil/doria-apaga-grafites-em-avenida-cria-polemica-em-sp-20815081>
- Pélobart, P. P. (2003). *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras.
- Pélobart, P. P. (2018). *Necropolítica tropical: fragmentos de um pesadelo em curso*. São Paulo: n-1 Edições.
- Pinho, M. (2017, julho 2). Em 6 meses, Cidade Linda de Doria foca em bairros centrais e vê problemas voltarem: Mato alto, lixo e buracos fazem parte do cenário de avenidas e praças visitadas pelo prefeito. Lixeiras na maior parte dos endereços são ponto positivo do programa. *GIGlobo*. São Paulo. Recuperado de: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/em-6-meses-cidade-linda-de-doria-foca-em-bairros-centrais-e-ve-problemas-voltarem.ghtml>
- Pizza, P. T.(2015, Fevereiro 3). Grafiteiros desenham a crise em SP: 'troco iPhone 6 por dois litros de água': Avenida 23 de Maio concentra murais que retratam crise no abastecimento. Além das novas obras, artistas levaram intervenções até o Cantareira. . *GIGlobo*. São Paulo. Recuperado de: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/02/grafiteiros-desenham-crise-em-sp-troco-iphone-6-por-dois-litros-de-agua.html>
- Prado Filho, K. & Martins, S. (2007). A subjetividade como objeto da(s) Psicologia(s). *Psicologia & Sociedade*, 19(3), 14-19. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-71822007000300003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000300003>
- Prosser, E. S. (2006). Intervenção urbana: vandalismo ou arte? *I Colóquio Nacional do Núcleo de Estudo em Espaço e Representações*.(Curitiba, 16 e 17 de novembro de 2006). Curitiba: UFPR.

- Rey, F. L. G. (2016). *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito*. (V. L. M. Joscelyne, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ripple, W. J., Wolf, C., Newsome, T. M., Galetti, M., Alamgir, M., Crist, E.,... Mahmoud, M. I. (2017). World scientists' warning to humanity: a second notice. *Rev. Bioscience*, 20(10), 1-6. Recuperado de:
http://scientistswarning.forestry.oregonstate.edu/sites/sw/files/Warning_article_with_su_pp_11-13-17.pdf
- Rodrigues, A. M. (2007). Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade. *CIDADES*, 4(6), 73-88. Recuperado de:
<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/571/602->
- Rolnik, S. (1995). Subjetividade e história. *RUA*, Campinas, SP, 1(1), 49-61. Recuperado de:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638916>. doi:
10.20396/rua.v1i1.8638916
- Rolnik, S. (1997). Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. D. Lins (Org.). *Cultura e subjetividade*. Saberes Nômades, (pp.19-24). Campinas, São Paulo: Papyrus.
- Rolnik, R. (2015). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo.
- Rolnik, S. (2016, junho). Entrevista com Suely Rolnik - A hora da micropolítica. *Rev. on line Contemporary and América Latina (C&AL)*. Goethe-Institute e Instituto de Relações Internacionais. Versão reescrita de trechos da entrevista originalmente publicada pela revista Re-visiones (# Cinco – Madrid, 2015): <http://www.re-visiones.net/spip.php%3farticle128.html>". Recuperado de:
<https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/fok/rul/20790860.html>
- Rolnik, S. (2017, maio 27). Suely Rolnik - Subjetividade contemporânea: crise da identidade moderna [Arquivo de vídeo]. Recuperado de:
<https://www.youtube.com/watch?v=QNrXkFWtL2s>

- Rolnik, S. (2018). *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 Edições.
- Romeiro, P., & Brito, G. (2017, janeiro 16). O programa Cidade Linda e a ideia de beleza da gestão João Doria. *ObservaSP*. Recuperado de: <https://observasp.wordpress.com/2017/01/16/o-programa-cidade-linda-e-a-ideia-de-beleza-da-gestao-joao-doria/>
- Safatle, V. (2015). *Circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo, fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify.
- Safatle, V. (2018). *Um dia, esta luta iria ocorrer*. São Paulo:n-1 Edições.
- Sánchez, F. (2016). Espaço urbano: exclusão e inclusão na cidade contemporânea. R. Rolnik, & A. Fernandes (Orgs.), *Cidades*. Rio de Janeiro: Funarte. (Ensaio Brasileiro Contemporâneo).
- Santana, B. C. (2009). *Um olhar sobre as intervenções na urbe*. 18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Transversalidades nas Artes Visuais – 21 a 26/09/2009 - Salvador, Bahia. Recuperado de: http://www.anpap.org.br/anais/2009/pdf/cpa/benedito_c_de_santana.pdf
- Santiago, T. (2017, fevereiro 20). Grafiteiros em SP só poderão pintar a cidade com autorização, diz Doria: Nova lei aplica multa de R\$ 5 mil a quem for flagrado pichando; se o ato for contra patrimônio público ou bem tombado, o valor sobe para R\$ 10 mil. *G1Globo*. São Paulo. Recuperado de: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/grafiteiros-em-sp-so-poderao-pintar-a-cidade-com-autorizacao-diz-doria.ghtml>
- Santos, B. S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos CEBRAP*, (79), 71-94. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004. doi:<https://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>

Santos, B. S. (2008). *Um discurso sobre as ciências* (5a ed.). São Paulo: Cortez.

Sawaia, B. B. (1998). A crítica ético-epistemológica da psicologia social pela questão do sujeito. *Psicologia & Sociedade*, 10(2), 117-136. Recuperado de: <http://www4.pucsp.br/nexin/artigos/download/a-critica-etico-epistemologica.pdf>

Sawaia, B. B. (2017). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes Limitada.

Secretaria Especial de Comunicação da Prefeitura de São Paulo (2017, janeiro 1). *Prefeitura lança programa de zeladoria urbana São Paulo Cidade Linda*. Recuperado de: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-lanca-programa-de-zeladoria-urbana-sao-paulo-cidade-linda>

Secretaria Executiva de Comunicação da Prefeitura de São Paulo (2017, janeiro 2). *Prefeitura institui o programa “São Paulo Cidade Linda”*. Recuperado de: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/noticias/?p=227880

Seidel, M. F. (2016). Arte contemporânea: arte e vida. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 1(07), 52-62. ISSN:2448-0959

Sennett, R. (2003). *Carne e pedra* (3ª ed.). (M. A. Reis, Trad.). Rio de Janeiro: Record.

Silva Cardoso, A., Silva, D. C., Souza Barbosa, E. M., & Ramos, L. C. (2013). Intervenções Urbanas. *EXTIFAL*, 1(1).

Soares, L. B., & Miranda, L. L. (2009). Produzir subjetividades: o que significa? *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9(2), 408-424. Recuperado de: <http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a10.pdf>

Sodré, A. M. R., & Weber, L. (2017). A arte urbana e seus efeitos nos processos de subjetivação: uma revisão bibliográfica no campo da psicologia. *Revista Subjetividades*, 17(2), 66-75.

Souza, J. (2009). *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Srur, E. (2019). *Entrevista para o Coletivo off*. [Arquivo de vídeo]. Recuperado de: <http://www.eduardosrur.com.br/oartista/biografia>

UOL. (2017, janeiro 28). Mural de Kobra na av. 23 de Maio é completamente apagado pela prefeitura. *UOL*. Cotidiano. Recuperado de: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/28/mural-de-kobra-na-23-de-maio-e-completamente-apagado-pela-prefeitura-de-sp.htm>

Veja. (2017, janeiro 23). Sob Doria, grafites são apagados por tinta cinza em avenida de SP. *Veja*. Brasil, Política. Recuperado de: <https://veja.abril.com.br/politica/sob-doria-grafites-sao-apagados-por-tinta-cinza-em-avenida-de-sp/>